

## Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Conselheiro  
Marcelo



Jonas  
Reis



Hamilton  
Sossmeier



Mari  
Pimentel



Prof. Alex  
Fraga



### 027ª CECE 20AGO2024

**Pauta:** Informação e educação para proteção dos direitos das pessoas com autismo e outras deficiências: da infância à vida adulta!

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** (14h17min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão CECE (Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude). Já se encontram presentes o Ver. Conselheiro Marcelo, o Ver. Hamilton Sossmeier, o Ver. Jonas Reis, o Ver. Prof. Alex Fraga e a Ver.<sup>a</sup> Mari Pimentel. Hoje, iniciamos com uma pauta que sempre acaba sendo muito debatida nesta Casa. Eu me lembro de que, no ano passado, enquanto CEDECONDH, essa pauta era uma das mais importantes debatidas nesta Casa e que, hoje, através da CECE, também estamos tendo a oportunidade de trazer novamente, pois é um assunto que deve ser discutido todos os dias.

A pauta de hoje é para saber informações e educação para proteção dos direitos das pessoas com autismo e outras deficiências: da infância à vida adulta. Para compor a Mesa, convido a Sra. Tássia Renata de Matos, professora da rede estadual da sala de recursos; o Sr. Adriano Borges Gularte, diretor de educação

da EPTC; o Sr. Carlos Henrique Ribeiro Ferreira, presidente do Comdepa; a Sra. Isabel Cristina Ferreira, representando o CPIA; o Sr. Glailton Winckler da Silva, da ACERGS; a Sra. Luciane Camargo Beck, da APAE; a Sra. Érika Rocha, do projeto social Angelina Luz; a Sra. Renata Eichner, coordenadora do projeto social Angelina Luz; e o Sr. André Vicente da Silva, assessor pedagógico, representando a SMED.

Dando início, então, e agradecendo a presença de todos, temos uma tarde com uma Mesa composta com a qualidade desse tema, que acredito que conseguiremos abordar novamente. Quero lembrar a todos que estamos transmitindo ao vivo pela TVCâmara. A transmissão ficará gravada no YouTube e todos poderão acessar posteriormente. É muito importante este dia e que as falas que teremos aqui sejam compartilhadas também com a população, com a cidade de Porto Alegre e com nossos amigos, sobre o tema enfrentado. Algum vereador gostaria de iniciar a fala ou vamos iniciar com a Mesa? (Pausa.) Começaremos, então, por ordem de chamada. Peço que sempre digam o seu nome e a entidade que estão representando, porque isso ficará gravado nas notas taquigráficas, para que, posteriormente, se precisarem da ata, possam tê-la consigo. Professora Tássia Matos, a senhora tem a palavra.

**SRA. TÁSSIA RENATA DE MATOS:** Boa tarde a todos, meu nome é Tássia, sou professora de educação especial há 15 anos e trabalho na sala de recursos do Estado em duas escolas: na EEEF General Daltro Filho, que é de ensino fundamental, e no Colégio Estadual Piratini, que é de ensino médio. Trabalho com toda a inclusão da escola, tenho 57 alunos que dependem da sala de recursos e estou aqui representando a parte dos professores na educação especial, trazendo também uma questão muito importante sobre os monitores, que é a nossa principal falta hoje nas escolas, esse acompanhamento que a gente não tem. A gente não tem esse suporte de monitores para acompanhar esses alunos na sala de aula e dar esse reforço pedagógico.

Então, estou aqui presente para fazer parte das leis, para saber os direitos das pessoas com deficiência, e acredito que isso vá nos ajudar na inclusão.

Antigamente, a gente não tinha tantos alunos na rede regular, e hoje a gente está com um número muito elevado. Então, a gente tem que pensar muito. No ensino médio, quando eu comecei, a gente tinha 9 alunos de inclusão; hoje, a gente está na faixa de 30. No ensino fundamental, também a gente começou com 11 alunos e a gente já está com 28. Isso é uma questão que a gente precisa debater e conversar muito, porque a gente precisa muito desse amparo.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, professora Tássia. Passamos agora para a Sra. Érika, porque acredito que teremos várias perguntas, vários questionamentos através da senhora.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Obrigada. Boa tarde a todos e todas aqui presentes. Sou a Érika Rocha, presidente do projeto social Angelina Luz, coordenadora municipal e estadual do Movimento Orgulho Autista Brasil e mãe atípica, mãe de uma menina, hoje com 8 anos de idade, uma menina autista nível 2-3 de suporte. Para além de ser mãe atípica da Angelina, de sangue, sou mãe de coração de mais de 600 famílias acolhidas pelo projeto social Angelina Luz, aqui na capital de Porto Alegre e também na região metropolitana. Infelizmente, ou felizmente, não sei, estamos aqui novamente pontuando o respeito, o acesso das pessoas com deficiência. Quando digo pessoas com deficiência me refiro a todas as deficiências, todas elas. O que me traz aqui, hoje, poderia ser inúmeras pautas – acabei de ouvir a fala da professora –, na verdade, antigamente, nós... As pessoas com deficiência existem desde sempre. Falando do autista, que eu acho que a tua fala é mais direcionada para as pessoas com transtorno de espectro autista dentro da escola, não é?

**SRA. TÁSSIA MATOS:** Desculpa te interromper. Dos meus 57 alunos de inclusão, 50 são crianças com autismo.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Sim, os autistas sempre existiram, com uma segregação gigantesca e uma luta por direitos e acessos, direitos constitucionais que são

para todos e todas, aos quais eles pertencem porque são seres humanos. Então, eles também devem ter acesso a todos esses direitos, que são violados, segregados. E a omissão que termina por exterminar, e quando eu digo exterminar é exterminar vidas, exterminar famílias, exterminar a saúde mental das mães. Dia desses, eu falei, cheguei a fazer uma comparação que para mim não foi nada fácil, mas vou fazer aqui de novo. A gente só fala do avião quando ele cai, e a gente só lembra da existência da mãe atípica, da família típica quando a gente vira notícia por aquela mãe ter matado o filho e se matado, por a mãe ter tirado a vida do filho. Porque aquela mãe já está morta há muito tempo. Porque muitos dizem: vamos cuidar de quem cuida. Mas ninguém cuida, nós colamos nossos próprios cacos. Com relação à escola, a educação inclusiva, que eu venho batendo aqui na Câmara e fazendo apontamento desde sempre... Para mim, a pior coisa que existiu foi esse programa Incluir+POA, uma destruição daquilo que a gente já estava lutando para construir. Diga-me quem são os agentes de inclusão? Em várias reuniões com o secretário, Ver. Jonas presente, eu perguntei inúmeras vezes, numa última reunião, eu tive a resposta, onde a SMED estava presente, onde todos estavam presentes. Quem são esses monitores, esses agentes de inclusão? São pessoas de ensino médio, sem capacitação nenhuma. E o que agrava ainda mais a situação é que tem um agente de inclusão para cada 10 autistas numa escola. Que absurdo é esse? Isso é um absurdo, isso é desumano para com a pessoa com deficiência, e também para aquela pessoa de ensino médio. Meu filho concluiu o ensino médio, vou mandá-lo fazer o manejo com uma pessoa com deficiência sem o mínimo de condição. "Não, mas a gente capacita." Por favor, sem demagogia, sem hipocrisia. Vão capacitar os agentes como capacitavam os monitores? Não capacitavam, porque os monitores tiram do próprio bolso para se capacitar e para buscar. Isso é o que acontece. Então, sem hipocrisia, porque estamos falando aqui de vida e não de mesa, de cadeira, de porta. Essa hipocrisia, essa omissão, essa violação, esse arco-íris que pintam, que está tudo bom, que está tudo caminhando, um passinho de cada vez, já é inaceitável. O engatinhar é pior ainda. Então, nós do projeto nunca fomos contra professores, sabemos que

quem está lá na frente são seres humanos, não são robôs. Totalmente sobrecarregados, sim, porque vocês também não têm o resguardo da secretaria, das duas secretarias, municipal e estadual. Eu ousou dizer que nas escolas do Estado ainda é pior do que nas do Município com a inclusão. O que fazem? Quando chega lá no início do ano... Vai começar agora as inscrições, em outubro. A Secretaria da Educação tem consciência de quantas crianças de inclusão vão estar em cada escola, eles sabem disso, está ali. Por que não é feito? Vamos chamar, ó, a minha escola vai receber 10 crianças de inclusão, quem é o profissional de AEE? Se existe, né? Porque é quase inexistente, ou aquele profissional é sobrecarregado. Vamos chamar essas famílias e fazer anamnese antes de abrir o portão das escolas, vamos conhecer? Por quê? Porque a gente chama a professora que vai assumir aquela turma, e a professora já vai saber quem são os alunos, da mesma forma que o PEI... Você é professora de AEE? Você sabe que todos os autistas têm direito ao PEI, né? E é um material adaptado, todos eles, e isso não é feito.

**SRA. TÁSSIA MATOS:** Todos os meus alunos têm o PEI e o PDI elaborados por mim.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Sim, por você, e você trabalha junto com a professora de sala de aula. E como essa professora trabalha isso em sala de aula sem ter os monitores para auxiliar essa professora?

**SRA. TÁSSIA MATOS:** Exatamente, essa é uma das questões que a gente está aqui com essa conversa pela falta do monitor.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Exatamente. Como é que ficam, para além do professor falando, essas crianças de inclusão dentro da sala de aula? Elas são retiradas da sala de aula, elas são retiradas da sala de aula por se desorganizarem, por não conseguirem acompanhar a turma de forma adaptada, que eles necessitam. Redução de horário. Ah, não, a gente tem que, ó, eu sou uma mãe atípica que

para mim é o seguinte: a minha filha entrando bem e saindo bem da escola para mim é o que interessa. Não interessa, ela tem direito até às 4h, vai ficar. Não para mim, o que me interessa é o que ela suporta. Suportabilidade. Mas o que a gente vê é a insuportabilidade das escolas por falta de tudo isso que eu falei aqui, de ter essa criança como pertencente àquele lugar. Estar matriculada nunca foi, nem nunca será, pertencimento. E as crianças atípicas têm o mesmo direito que uma criança típica. Isso com relação às escolas. Agora, com relação – fiquei feliz em ter um representante da EPTC aqui – ao que gerou um gatilho para essa reunião, é a falta do respeito aos direitos da pessoa com deficiência em todas as esferas possíveis e imagináveis. A começar, vou fazer um apontamento para a Câmara, mas isso levando isso para toda a Porto Alegre, pois esse desrespeito não é só aqui, mas para mim fica ainda pior, porque as pessoas que estão dentro da Câmara, os vereadores, os seus assessores, todos que aqui estão têm que dar exemplo. Todos os vereadores e seus assessores têm que lembrar o que os fizeram colocar o nome à disposição para representar o povo aqui dentro, e nós fazemos parte do povo. Não é a primeira, não é a segunda, não é a terceira vez a falta de respeito com aquelas vagas da pessoa com deficiência aqui dentro da Câmara. É um desrespeito total, e é inadmissível que a Câmara não dê exemplo. Exemplo tem que ser dado, vocês estão aqui para defender o que é a legislação, garantir direitos e efetivar, dar exemplo. Por quê? Eu estive aqui em um evento onde tinha a convenção de dois partidos, num sábado. Isso rodou, não só em rede social como no Brasil, porque saiu de forma nacional em todos os estados do País o que aconteceu aqui dentro da Câmara de Porto Alegre, onde um assessor direto do presidente municipal, do Republicanos, usou a vaga da pessoa com deficiência com uma Kombi para fazer carga e descarga do material do partido no dia da convenção. A minha filha estava desregulada, eu estava no estacionamento do lado, e quando eu vi a Kombi chegar, eu abordei o motorista perguntando se ele tinha autorização para estar naquela vaga que está sinalizada - infração gravíssima, dentro ou fora da Câmara -, está na legislação. Esse assessor surgiu, porque como não estamos acessando embaixo a rampa e disse: “Qual é o problema, eu sou da casa, eu

---

sou o Fulano de Tal e faço o que eu quero”. Não, tu não fazes o que tu queres, porque a lei que é do cidadão lá fora é válida para ti também. Dali surgiu um afrontamento, um deboche para com a pessoa com deficiência, para comigo, pois no momento que eu abordei o motorista, enquanto cidadã, enquanto mãe de uma criança com deficiência e defensora, sim, dos direitos e por existência, me apresentei enquanto conselheira do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que eu sou representante do autismo no Conselho Municipal aqui em Porto Alegre, e ele virou e disse mais uma. Então, se desdenha de direito, se sobrepõe ou tenta, porque homem nenhum se sobrepõe a mim, aprendi isso com meu falecido pai, se sobrepõe a uma mulher, se sobrepõe a absolutamente tudo. E isso, para mim, é inadmissível. Reportamo-nos ao presidente do partido, em ofício, e à Casa também, para que seja aberta uma sindicância. Enquanto conselheira do Comdepa, eu sugeri que, para Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, seja feito aqui dentro um ato de conscientização para todos, desde as pessoas que cuidam do estacionamento, que trabalham na portaria, os gabinetes, para todos, porque não foi a primeira vez. No dia em que eu vim oficializar junto com o presidente, que está enquanto presidente do Comdepa, havia quatro carros nas vagas da pessoa com deficiência, sem o carteirão. E o que foi nos dito – que eu gostaria muito de tirar essa dúvida, enquanto temos um representante da EPTC – é que a EPTC não pode entrar na Câmara para multar. Não foi a primeira vez que eu vi isso, foi mais de uma vez. E eu gostaria de saber se a EPTC só pode entrar na Câmara para fazer o trabalho que tem que ser feito, que é da EPTC, com autorização de entrada na Câmara, porque a lei do portão para fora é do portão para dentro,. Que eu saiba, ainda mais que a Câmara não é um local privado, é que há essa discussão há muito tempo, com relação a estacionamento de *shopping*, de lugares privados. E eu queria saber se a Câmara é a Casa do Povo, é um lugar público, ou isso aqui se tornou privado e eu não estou sabendo? Se a gente acionar a EPTC, se ela não puder entrar para fazer o trabalho dela...

Então, essas são algumas das pautas, vou abordar no decorrer da conversa inúmeras outras. Eu gosto muito de ouvir, e pedir para que os vereadores... Não

é fazer uma tempestade nesse copo de água, até porque o copo de água das famílias atípicas já transbordou e foi há muito tempo. Obrigada.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Érika. O Sr. Adriano Gularte, diretor de educação da EPTC, está com a palavra.

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Meu nome é Adriano Gularte, sou diretor de educação da EPTC. No nosso setor, nós desenvolvemos ações e trabalhos como intuito de melhorar a convivência de toda população no nosso trânsito. Em relação à questão da multa aqui dentro, realmente eu não tenho certeza, mas, por exemplo, nos *shopping*, eles têm que fazer um convênio, um cadastramento conosco, para que a gente possa ir lá dentro e multar. Não são todos que fazem isso, então alguns ficam de fora. A Câmara, vamos dizer assim, não está na via pública, teoricamente também a gente não vai entrar aqui para multar, não vai acontecer isso. Eu acredito que a gente pode trabalhar nesse sentido, mas também pode haver ações internas da Câmara em relação a isso: que as pessoas usem as vagas da maneira que devem usar. Como existem nos outros lugares da cidade, as pessoas não respeitam as vagas de deficientes, de idosos e outras coisas que a gente está acostumado a ver.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Adriano. Esse final de semana ainda eu estava em uma reunião, e o despreparo, infelizmente, da sociedade, enfim, como um todo, Érika, é muito grande. Foi um relato de uma mãe que ela foi com a sua filha de 13 anos num atendimento, só que a filha dela tem prioridade, porque também já é um nível 2, e aí a mãe dela chegou – tinha umas oito pessoas na fila – e ela chegou para atendente e disse: “olha, teria possibilidade de a minha filha, para gente ter o acesso prioritário, porque está na lei?” Daí a atendente olhou para os lados, assim: “Olha só, nós vamos passar a menina que é autista na frente de todo mundo, porque ela tem prioridade.” Diz que a menina murchou, e aí a menina teve uma reação de dizer: “Pô, mãe, de novo isso.” Então, é um despreparo muito grande. Por isso que eu digo que tem

que ser trabalhado todos os dias, porque, infelizmente, as pessoas ainda não entenderam a real necessidade, a real situação que vocês, mães, necessitam para que possam levar uma vida normal, que é isso que vocês querem, uma vida normal com seus filhos, onde todos os direitos sejam garantidos. É só isso que vocês querem. Vocês não querem nada mais, nada menos que isso, mas infelizmente a sociedade tem muito problema em entender isso. Acredito que, muitas vezes, vai ter que aprender na dor, através de multas, através de uma situação mais séria, porque não tem outra forma. Érika e os demais presentes, que são pais também e responsáveis, essa é a nossa luta. Eu sei que os vereadores aqui, nós não fizemos nada sozinhos, estou muito feliz porque não é ninguém da minha assessoria que fez isso, muito menos eu, então, sou sabedores muito bem do que representa a lei, é até é uma bandeira que nós, do nosso gabinete, temos, mas deveria ser uma bandeira de todos e não só em algumas épocas – deveria ser de todos.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Eu queria perguntar onde é que foi essa situação: foi dentro de alguma UBS do Município?

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Sim.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Então, vou aproveitar o gancho para falar para vocês que existe aqui no Município, não só no Município, é uma lei federal, estadual e municipal, de 2019, o proponente, na época, foi o Ver. Paulo Brum, que diz: “Todos os locais públicos e privados têm, por obrigatoriedade, ter a placa do atendimento prioritário, incluindo o símbolo mundial do autismo.” Agora eu pergunto, uma lei municipal onde sequer uma UBS respeita essa lei, porque não tem uma UBS com a placa do atendimento prioritário, é lei, o Município não dá o exemplo então? Se é uma lei municipal em que diz que é obrigatório a implementação da placa do atendimento prioritário em todos os locais públicos e privados, por que o Município não implementou desde 2019 as placas dentro dos postos de saúde? É obrigatório. Não é obrigatório? E é por isso que as mães

chegam nos postos de saúde... Primeiro, que as mães já adoecem, porque a gente nem vai mais nas UBSs, por quê? O atendimento prioritário é para pessoa com deficiência, vou dar um exemplo aqui bem pessoal, só para direcionar: Eu estou doente, eu tenho que ir até uma UBS, porque eu preciso estar com o médico, mãe solo, sem rede de apoio, tenho que levar quem? A Angelina. Eu não vou, sabem por quê? Porque o atendimento prioritário é para pessoa com deficiência, não é para mim. Eu vou ter que colocar ela dentro da UBS durante horas, para pegar ficha de acolhimento, passar por acolhimento, para marcar e para esperar médico. Isso leva horas. As mães não vão, sabem por quê? Porque a Angelina pode ter uma crise, a Angelina pode desregular, a Angelina pode convulsionar. Então, aquela mãe adocece sozinha dentro de casa, porque a gente não tem acesso à saúde. Isso tem que ser visto, já deixo aqui uma deixa para os vereadores com relação a isso. Como eu peço para vocês também a atenção do Município para que respeite as leis municipais de onde estão as placas. Fora que tem o alto-falante dentro das UBSs.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Só para complementar, Érika, que essa situação não foi numa UBS, e sim num espaço improvisado, devido às enchentes. Foi num espaço improvisado para atender.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Mas a placa tem que ser em todos os espaços, sejam improvisados ou permanentes. Da mesma forma, os alto-falantes; a gente vai na UBS, tem o número ali, aí sai no alto-falante: "Número tal!" Pelo amor de Deus. A UBS não tem que ser para todos? Vamos fazer com que seja para todos e que a gente não passe por constrangimentos, como essa mãe passou, porque aí a gente está rotulando aquela criança, jovem ou adulto, sem necessidade nenhuma, nenhuma. Então, dando referência à fala do Ver. Marcelo.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado, Érika. Passamos então a palavra para o Sr. Glailton.

---

**SR. GLAILTON WINCKLER DA SILVA:** Boa tarde a todos presentes. Eu estou aqui representando a Associação de Pessoas Cegas e com Baixa Visão do Rio Grande do Sul – Acergs. Estou aqui pela primeira vez, porque entendo que a gente tem que se inteirar de tudo que está acontecendo e também trazer um pouquinho do que a gente vivencia, no caso as pessoas cegas e com baixa visão, aqui no Município de Porto Alegre. Ouvindo algumas falas aqui, e também com relação às pautas já pré-colocadas, no que tange às pessoas com deficiência visual no Município, a realidade também não é muito diferente. Nas escolas, às vezes falta sala de recursos, às vezes falta professor com qualificação, às vezes o professor é sobrecarregado, às vezes o deficiente visual é retirado da educação física, é retirado das suas atividades, e, no final do ano, ele é aprovado e a vida vai seguindo, ele vai indo naquele círculo. Tudo isso que estou falando não é muito diferente das demais deficiências. Eu sempre digo, quando a gente se prepara para receber um evento, por exemplo, esta reunião aqui na Câmara, a gente reserva sala, verifica as pessoas que vão trabalhar, mais ou menos pela lista de espera a gente tem uma estimativa de quantas entidades e pessoas vão estar presentes, a gente adequa a TVCâmara para transmitir e todas as questões que envolvem esse evento, e eu acho que na questão da escola, e estendendo para o restante da sociedade no que tange à saúde, à locomoção, à educação, à cultura, ao esporte, enfim, da mesma forma. É interessante, sim, falar da lei da inclusão, colocar as pessoas que têm alguma questão específica, alguma questão especial, porque a gente só usa a palavra inclusão porque existem excluídos, senão não precisaríamos utilizar essa palavra. Da mesma forma a escola e os outros locais da sociedade, eles deviam estar preparados para depois receber essas pessoas que têm essas necessidades específicas. E o que aconteceu nos últimos anos foi essa transição de criar os espaços, entre aspas, ou as vagas inclusivas para pessoas que têm necessidades especiais de alguma forma, e simplesmente elas entraram nesse círculo, nesses ambientes, sem que houvesse o mínimo preparo. O professor, por muitas vezes, na sala de aula, é muito dedicado, mas ele não tem o conhecimento específico, ele tem que atender várias pessoas. Monitoria para

---

peessoa com deficiência, tem alguns casos que a gente só consegue na justiça. Então, o que está posto aqui são fatos, não há nada que a gente tenha que ainda comprovar. São muitas coisas que faltam. E uma coisa que eu gostaria de manifestar é o seguinte: aqui, estamos representados por várias instituições, que são aquelas que realmente trabalham na ponta, ou seja, aquelas que atendem às pessoas com deficiência e com as suas necessidades especiais, e essas são as que têm realmente *know-how* para entender e indicar. E aquelas que lidam com as famílias, elas têm a notoriedade para dizer aquilo que essas pessoas precisam realmente para estarem adaptadas, familiarizadas com todos os ambientes, seja ele interno, externo, em qualquer ambiente da sociedade de Porto Alegre. Por vezes, se diz que há qualificação, e essas associações não são chamadas para oferecer esse tipo de formação ou consultoria ou participar do processo. Por exemplo, no caso da Acergs, é difícil a gente manter um convênio com a Prefeitura para ter o atendimento que a gente faz hoje para pessoas, não só de Porto Alegre, mas para todo o Estado, para ter um mínimo recurso para atender essas pessoas.

Então eu só queria manifestar aqui e me solidarizar com as todas as dificuldades de todas as deficiências, inclusive com o pessoal é que autista, eu tenho filho autista. Na escola em que ele estuda, a gente vê, às vezes, o que parece ser até uma indiferença que a escola tem, ou enfim alguns setores, que acaba impactando nessa falta de recurso, que, como disse bem a Érika, impacta na família. Muitas vezes, para estatísticas, ligam lá para a Acergs perguntando, órgãos do Estado, do Município: “Quantas pessoas vocês atendem? Como é que funciona? Essas pessoas são mais idosas? São isso, são aquilo?” Nós tivemos, agora recentemente, uma obra que ainda não está terminada, no centro de Porto Alegre... Como é que vai se estabelecer uma obra, prevendo acessibilidade, sendo que não se sabe o número de deficiente visual que Porto Alegre atende? São essas coisas que eu acho que a gente devia discutir aqui. Eu acho que nós devíamos colocar as associações num patamar acima, nesse processo, e trazer aquelas famílias, as famílias que são aquelas que absorvem tudo aquilo que o Estado promete fazer e não faz. Então, eu estou aqui entrando nessa discussão,

prometo que na próxima comissão, ou na próxima plenária que tivermos, vou trazer a professora Marilena e outros professores que temos na instituição, para talvez contribuir um pouco mais com o que eu estou falando aqui, mas eu acho que, sim, a gente tem que sentar, tem que evoluir nesse assunto e tem que, sim, melhorar esse atendimento, no geral, para o porto-alegrense que têm deficiência em suas famílias. Obrigado.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Muito obrigado, Glailton. Passamos a palavra para a Sra. Luciane Camargo.

**SRA. LUCIANE CAMARGO DA SILVA BECK:** Boa tarde a todos, eu represento a APAE de Porto Alegre, nesse momento eu atuo como diretora da unidade Dr. João Alfredo de Azevedo, que fica ali no bairro Vila Nova, em frente ao Hospital Vila Nova; eu estou solidária a tua fala, à fala da Érika, à fala da ACERGS também. O que nós percebemos, enquanto APAE, nesse momento nós atendemos mais de 550 famílias, temos termos de parceria com a Prefeitura, com o Estado e com a FASC também, que faz parte do Município. O que a gente percebe quando a gente recebe alunos? Nós recebemos alunos do Município e do Estado – esses alunos têm uma batalha muito grande, eles passam muitas vezes de escola em escola: o que foi para escola Y, chegou lá e não tinha monitor, vai para escola X, chegou lá não tinha monitor... E quando chegam na nossa instituição, chegam, talvez, assim, desejando muito todos atendimentos na área da saúde, além da área da educação, da qual eles vêm, e automaticamente querem monitores. E o que está acontecendo bastante e nos chama atenção? Muitos dessas famílias já estavam com processos abertos antes, solicitando monitores ou até mesmo os acompanhantes terapêuticos; aí quando essa família é desligada de uma instituição e vem para nós, enquanto APAE, que é uma OSC, a Defensoria entende o quê? Entrou na APAE o processo para, não precisa mais dar o monitor. E como é que acontece isso? Nós temos casos, desde nível de suporte um, nível de suporte três, várias deficiências, a gente tem vários casos de saúde mental severa; então, que

acontece hoje? A gente precisa de monitores? Precisa, mas aquela família precisa de monitor e de suporte. Do acompanhamento terapêutico? Também. Então, o que a gente percebe? As famílias, quando chegam lá, como mencionou a Érika, chegam já cansadas, calejadas, passaram de escola em escola, várias portas se fecharam, chegam no intuito de buscar algo que talvez eles não consigam 100%; e como a Érika mencionou também, os postos de saúde não estão conseguindo dar o suporte necessário, as UBS não conseguem dar esse suporte necessário. Então, tem essa demanda de saúde mental agregada à demanda da educação, são duas demandas diferentes, e que um espaço sozinho não vai conseguir dar conta. A gente precisa hoje pensar em termos de saúde e de educação, mas principalmente de qualificação e de respeito a essa qualificação e às leis. Hoje, para nós é difícil a gente perceber que as famílias lutam, lutam, lutam e quando chega na hora do aval, foi indeferido, foi recusado. A gente percebe que a maioria são crianças; quando chegarem na adolescência, na vida adulta, quanto mais deixar passar isso estamos perdendo tempo de desenvolver essas pessoas, tempo de fazer com que esse sujeito tenha uma vida de qualidade, que ele consiga ter uma vida saudável, e que as famílias também sejam amparadas. Nossas famílias, enquanto APAE, a gente tenta, na medida do possível, com as pessoas que nós temos, os colaboradores, direção, coordenação, serviço social, psicologia; a gente tenta acolher as famílias, mas o nosso acolher é o básico, porque essa família não precisa só disso, ela de uma rede de suporte; a gente tem que acionar essa rede, que, muitas vezes, não dá conta – isso nos preocupa bastante. A APAE, quem dera tivesse muito mais unidades, nós não temos, temos somente duas, uma na Vila Nova e uma na Glória, mas a fila de espera e o número de pessoas que bate a nossa porta todos os dias é muito grande. E chegam lá dizendo: “Estou matriculado na escola do município tal, mas lá tem um monitor para... (Ininteligível.) ...pessoas, posso vir para cá?” Se fosse por um simples sim, a gente acolheria todos, mas não é assim que funciona. Então, hoje, gente percebe que realmente falta, sim, monitores nas escolas municipais, estaduais, falta respeito às leis também, e essa qualificação é importante, colocar pessoas para uma inclusão em escolas, sem qualificá-las,

não tem como, assim como você mencionou também, nós buscamos as nossas qualificações, nós vamos lá, fazemos infinitas pós-graduações – eu vi tu mencionastes ali, quando chegou, que estás na oitava pós, ou na sétima pós. Estamos quase juntas. Então, assim, nós pagamos isso do nosso bolso, então se nós... (Ininteligível.) ...fazem, nossos auxiliares fazem, a gente não tem esse incentivo governamental para que tu possas buscar melhorias de qualificação. E quando a gente fala em melhoria de qualificação é qualificar os nossos profissionais e automaticamente também orientar as nossas famílias, as famílias precisam de acolhida, precisam de direcionamento. Acolher e tu botares numa sala e, oh!, vamos só... (Ininteligível.) ...sobre o autismo, só isso não está certo. Vamos falar sobre as deficiências como um todo, as leis, os seus direitos, seus deveres, o que nós podemos fazer, mas ouvir principalmente ouvir. As famílias precisam ser ouvidas; hoje elas não estão sendo ouvidas. A gente vê cada vez mais reclamações. Essas reclamações – não adianta vocês fazerem reclamações, elas têm que ter objetividade, têm que ter uma continuidade disso para uma efetivação; então, isso é o que a gente precisa hoje. Obrigada pelo espaço.

**PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB):** Obrigado. É impressionante, Luciane, que a palavra certa é a escuta, e essa escuta, como ela é importante. Numa roda de mães tem muita escuta, porque todas têm sua história, todas têm suas lutas, todas têm as suas dificuldades diárias; então, pouco se tem a escuta – muitas vezes a gente percebe que as mães ficam... Tu falaste antes, Érika, tu sabes que não vai ser bem atendido, e não vai; sabes que vai difícil, e não vai, só que nós temos que quebrar isso, quebrar isso através da luta diária, de as leis serem mais brandas, mais atendidas. Então, não sei se algum vereador quer fazer uso da palavra?

(O Ver. Jonas Reis assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Queria cumprimentar aqui, inicialmente, o presidente, Ver. Prof. Alex Fraga, Ver.<sup>a</sup> Mari, Ver. Hamilton, que já saiu, querida colega de lutas, Ver.<sup>a</sup> Biga, e em nome da Érika, do Projeto Angelina Luz, cumprimentar todos aqui, representando instituições, professores principalmente, que nos acompanham, que assistem, que vão ver esse registro. Eu queria dizer que essa pauta é uma pauta muito difícil, Érika, assim como são as pautas dos mais vulneráveis, dos mais esquecidos, porque realmente a política, eu vou te dizer, estou aqui há três anos, vão fazer três anos e sete meses, e eu digo, assim, da minha total decepção com a política de Porto Alegre, decepção total. Nós falamos várias vezes – a secretária Janaína, depois a Sônia que foi presa, o José Paulo – que tinha que ter investimento e inclusão, mas eles optaram por economia de dinheiro, contrataram uma empresa que nem existia para isso, nem sabia o que era a rede, foi para as escolas... Os professores estão ensinando as pessoas. Como é que tu contratas uma empresa que era para saber fazer a inclusão e tu tens que ensinar ela a fazer a inclusão? Então é muito fácil ter empresa. Vou lá, monto uma empresa, e alguém vem me ensinar a trabalhar; é, realmente, um escândalo, é decepcionante, e saber que tem dinheiro público envolvido nisso. Para destacar para vocês, hoje a gente só não faz inclusão real nas escolas porque não quer. A Prefeitura deve R\$ 2,3 bilhões do dinheiro do Fundeb para o caixa da Educação; a Prefeitura hoje não investe os 25%, que é o mínimo constitucional, ela está em 9%. Isso é um escândalo. O conselho do Fundeb já apontou, durante dois anos consecutivos, o sequestro do dinheiro da Educação. O meu mandato está entrando na justiça, pedindo a inconstitucionalidade do acordo entre o Ministério Público e a Prefeitura de Porto Alegre, ente federado, que é para devolver o dinheiro do mínimo constitucional em 10 anos. Isso é uma vergonha porque afronta a Constituição, que diz que todo ano 25% do orçamento é para Educação; então o Ministério Público de Contas fez um acordo inconstitucional. Isso não sou eu que estou falando é o Tribunal de Contas do Estado que falou, orientou e pediu que não fosse feito esse acordo, um acordo escandaloso. Hoje, faltam 300 professores nas escolas. Como é que a gente vai falar de inclusão? Eu estive reunido, na Secretaria de

---

Educação, com o grupo de mães e pais, fui bem acolhido lá pelos colegas professores – pelos colegas professores – que trabalham a inclusão, a gestão da inclusão, porque a gestão não quis reunir, o secretário não quis reunir, os adjuntos não reuniram, e eles jogam no colo dos professores de carreira, que não têm a gerência da decisão de onde vai o dinheiro. Eu protocolei aqui um projeto de lei de agente de inclusão, um monitor de inclusão, um cargo diferente, Érika, porque é diferente, tem que ter um preparo, tem que ter um conhecimento, ou então a gestão tem que oferecer formação e não oferece. Não adianta. Palestrinha? Não é palestrinha, gente, eu sou pedagogo, eu demorei quatro anos estudando a arte de ensinar; estudei filosofia, sociologia, história, psicologia da educação, tudo isso, durante quatro anos. E sabem o que eu aprendi? Na graduação, eu aprendi 10% do que eu sei, o resto eu aprendi com informações, fazendo especialização, mestrado, doutorado, estudando, lendo e tendo pelo menos um terço de hora/atividade para aprender. O monitor não tem um terço de hora/atividade, ele trabalha *full time*, são 40 horas de interação. O professor tem um terço, já é um pouquinho melhor; mas, mesmo assim, um terço é pouco para estudar e para compreender a dimensão da individualidade. O que falta... As pessoas acham assim, quando olham: “Ah, pessoas com deficiência, tudo igual”. Ou, então, olham os autistas e pensam que são todos iguais. Isso é um absurdo. É por isso que a gente tem que tentar sensibilizar a sociedade, entender das dificuldades; cada um tem as suas potencialidades. Como é que a gente vai fazer inclusão real se a gente trata tudo do mesmo jeito e bota lá cinco, seis pessoas na gestão? Não tem como fazer a gestão de 99 escolas da rede, mais 235 conveniadas com cinco, seis pessoas do setor de inclusão da SMED. Isso é uma vergonha, uma farsa, uma ilusão. As pessoas que estão lá passam só, na verdade, estancando sangrias, sabem? Elas passam só botando curativo nos grandes problemas de gestão, sem contar que faltam professores. Eles tiram de onde? Hoje, nós temos várias crianças só em laboratório de aprendizagem aguardando para começar um procedimento de reforço, porque é disso que se trata.

---

A gente vai para as escolas de tempo integral. Dizem “ah, tem escolas de tempo integral?”, “as escolas de tempo integral...”; mas, tu vais lá, e eles dispensam as pessoas com deficiência às 14h, ao meio-dia. E assim um ano, dois anos. Que escola de tempo integral é essa, que recebe o recurso de tempo integral, vem do Ministério da Educação, mas ela não é tempo integral para todo mundo? Então tem que ter a verdade, nós precisamos trabalhar com exercício da verdade. Então não é tempo integral para todos, é tempo integral para alguns. E é bom isso, sabem por quê? Na época da eleição, todo mundo fala: “ah, a educação é prioridade”, “a educação é prioridade”. Eu vejo as pessoas falarem em prioridade, mas elas não vão às escolas falar com os professores. Eu sou professor, tem que conversar com os professores. Tem que chamar as mães e os pais para ouvir, mas tem que ouvir e botar no papel, fazer uma ação efetiva. Eu aqui tive a satisfação de mandar quase metade das minhas emendas para a educação, diferentes instituições – conveniadas, municipais –, mas não é assim que sobrevive a educação, de paliativos; nós precisamos de dinheiro investido. E aí, nós vamos e olhamos toda a cidade: nós temos crianças de zero a seis anos sem escola; nós temos 12 mil pessoas sem vagas na cidade. Então imagina, a pessoa fica um ano sem ir para a escola, o que acontece? Atraso na aprendizagem, isso é um fato. A família não está preparada para ensinar, porque ela não se formou para ensinar. A gente precisa ter profissionais. A família paga impostos, só que o dinheiro do imposto não volta para ela; o dinheiro do imposto, principalmente, não volta para as famílias que têm crianças com deficiência. Alguns não voltam. Literalmente, essas famílias contribuem com o Estado, mas, quando elas vão lá procurar, inclusive, um aparelho de saúde, não tem; um aparelho de assistência, não tem. Então a gente precisa falar aqui de disputa do recurso público, do dinheiro, onde está o dinheiro e por que é tão difícil... E, como o colega falava aqui, é muito triste ter que entrar na Justiça para conseguir um monitor. Meu Deus! Na Justiça? A Justiça a gente chama quando um direito subjetivo não é garantido, porque está escrito na Constituição: a educação é um direito subjetivo do sujeito e dever do Estado. Mas o Estado é cego, o Estado está calado; o Estado não está ouvindo a sociedade. A gente precisa pegar esse

Estado, que são pessoas que estão se fingindo, porque essas pessoas caminham por aí, elas veem tudo, ouvem tudo e falam um monte de coisas. O Estado não é algo, um objeto, o Estado não é este copo aqui, o Estado não é o prédio da Câmara de Vereadores, o Estado não são os prédios da Prefeitura, as escolas. O Estado são as pessoas que assumem cargos públicos, principalmente eletivos, porque são decisões políticas, Érika. Se hoje nós temos uma fila enorme de pessoas que não acessam vaga na educação infantil, crianças com autismo, pessoas com deficiências variadas, é porque o Estado não quer, mas o Estado são as pessoas que estão lá, por exemplo, no Município de Porto Alegre. E o que nós vamos fazer? Trata-se de pensar isso.

Eu diria que aqui nesta reunião precisava estar o secretário de Educação. Se ele não está aqui, é porque ele tem uma postura de não estar aqui. Ele não é candidato, poderia até dar um desconto, “ah, o secretário é candidato”. Não, essa é a pauta principal. Nós estamos falando de 10%, pelo menos, dos alunos da rede, que precisam de algum auxílio a mais e não têm, Érika, e não é por falta de dinheiro. Quero reiterar: nós temos em haver R\$ 2,3 bilhões, nós vamos atrás desse dinheiro, aconteça o que acontecer, esse dinheiro vai ter que voltar para as escolas. E nós precisamos que as escolas tenham inclusão real. Nós estamos em 2024 e tem escolas que não têm acessibilidade para cadeirante – para cadeirante. Agora mesmo, recém começaram a fazer uma rampa na Escola Saint Hilaire, na Lomba do Pinheiro, uma escola que tem 30 anos – 30 anos! Seis gestões para fazer uma rampa. E não falo aqui de partidos, eu falo aqui de percepção da realidade, de olhar para o outro, de se colocar no lugar do outro. Acho que isso tu falas muito bem, Érika. As pessoas dizem “ah, não, nós vamos cuidar, acolher, eu te entendo, eu te entendo”, abraçam, beijam, apertam a mão; e, depois, viram as costas. Eu te entendo? Como assim eu te entendo? Eu já te vi duas vezes na tribuna do plenário da Câmara, e muitos vereadores – não esses que estão aqui – sequer olham para a tribuna, sequer sabem o que tu falaste naqueles 15 minutos. Então eu acho que está faltando muito isto: a sociedade acordar.

Eu tive a satisfação de fazer a lei da alimentação especial escolar, que garante, para as crianças com alimentação seletiva, que, mediante a entrega de um documento para a escola dizendo “olha, tem que ter esta alimentação”, a escola é obrigada a fornecer; a SMED tem que fornecer. Antes, isso era uma orientação apenas, não era obrigatório. Então a gente tem que também garantir legislação, além de psicólogo e serviço social nas escolas. Também fiz a lei municipal, porque, se um dia algum desentendido achar que tem que acabar com a lei federal, nós temos a lei municipal. Então eu tive a satisfação de fazer duas leis, mas até agora nem um concurso público para psicólogo, nem um concurso público para assistente social, apenas o contrato de uma empresa que pode, segundo o contrato, abandonar a Prefeitura a hora que quiser, que é a Abess, como quiserem chamar.

A batalha, Érika, é uma batalha, na verdade, muito mais da sociedade civil, de vocês, do que dos agentes públicos, porque poucos estão envolvidos. Aqui, na Câmara, muitos falam e batem no peito: “eu sou da pauta da inclusão, eu faço, eu aconteço, eu monto isso e aquilo...” Mentira. Mentira deslavada é o que mais se vê. Mas nós que estamos no dia a dia, nós sabemos. Eu, que estou na educação, desde 2007, eu já vi muita promessa, e sinceramente, quem acredita ainda em promessa, são os santos - os santos, lá na igreja, acreditam ainda. Nós, que vivemos a educação, que sabemos o que acontece dentro da escola pública, já estão calejados, porque tudo foi com muita luta, muita luta para ter monitores, para ter sala de integração e recurso, para ter dinheiro específico, e mesmo assim as coisas são truncadas. Tem uma sala de recurso que eu mandei dinheiro para reformar, faz três anos que a coisa está truncada. Enfim.

**VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS):** Eu vou aproveitar, já que a Érika está tomando uma aguinha, aqui também agradecer a oportunidade, agradecer à bancada que está aqui. Foram quatro anos, agora também fazendo um retrospecto, quatro anos de lutas e batalhas na educação, que estivemos no primeiro ano, já estávamos aqui na Comissão de Educação. Há quatro anos a gente batalha, muitas vezes pelas mesmas lutas, pelos mesmos desafios de

Porto Alegre, algumas questões mudaram um pouco no enredo, mas em algum momento a gente volta atrás, novamente, e vê como o desafio é grande na nossa capital. Como já foi comentado aqui, nós hoje temos um programa de monitores para a educação especial de Porto Alegre, mas é questionável esse resultado. Esta Comissão mesmo esteve na escola América, lá no morro, estivemos lá, não sei se a Ver.<sup>a</sup> Biga esteve, mas estávamos lá, todos os vereadores, e minutos antes estava uma viatura da Brigada, porque uma criança atípica se desregulou, a professora não sabia como lidar, mandou-a embora. E acontece, e a gente tinha que isso que acontece é o normal, e não deveria ser o normal. Acontece que a gente tinha, nessa escola, as monitoras dessa rede terceirizada e que não conseguiram trabalhar com essa criança atípica, que é da escola, que é normal, que ela tem todo o tratamento, que tem uma mãe saudável que cuida dela, que luta por ela. Então não tem todo aquele enredo, que muitas vezes colocam numa negligência familiar. Não, ela tem uma mãe que batalha por ela. É triste a gente ver que isso acontece. Quando a gente está indo lá na escola, na ponta, como aconteceu com essa Comissão, minutos antes de a gente chegar.

Eu gostaria de reforçar a importância desta Comissão em garantir os direitos e até na questão de fiscalizar. Nós somos muito fortes na fiscalização da educação, e agora nós temos uma empresa terceirizada onde ela possui vínculos familiares com pessoas que estão na Secretaria de Educação, o que é questionável, não só a qualidade e a capacitação, mas também existir uma empresa terceirizada com vínculos dentro da Prefeitura, até a sua própria legalidade. É nessas horas que a gente começa a pensar o quanto se tem vontade de fiscalizar, e que tem um programa voltado para as crianças, ou quanto não se faz só para propagandear e para dizer que fez e não para entregar um serviço de qualidade para a população. Então eu gostaria já de passar isso, essa informação aqui para a Comissão, que eu recebi essa denúncia, acho que é de competência nossa também fiscalizar a qualidade e o vínculo dessa empresa que está trazendo os serviços de monitores na nossa rede; qual que é o nível de rotatividade desses profissionais, que a gente sabe que também atrapalha o vínculo com as crianças, que atrapalha o vínculo com qualquer

criança, qualquer professora referência a gente sabe da importância para uma criança - uma criança atípica, isso vira uma potência muito maior. Então a gente fiscalizar esse serviço que está sendo prestado pela Prefeitura atualmente como sendo a solução de monitores para as nossas crianças. Gostaria de reforçar, como membro da Mesa, também diretora, que nós estaremos encaminhando junto com a EPTC e junto contigo, Érika, toda a questão de buscar uma educação, educação mesmo e empatia diante da questão de saber as regras da Câmara, de onde a gente pode estacionar, como lidar com cada uma das pessoas, entender as diferenças. Acho que isso eu posso endereçar na Mesa Diretora, porque aqui eu sou a segunda vice-presidente, então, acho que eu consigo passar isso e daí eu já convido vocês e os demais vereadores também para contribuir. Na minha maior parte, eu acredito que os desafios são grandes, saiba que vocês encontram vereadores que estão há quatro anos lutando; quatro anos que vocês nos conhecem na tribuna. Nós estivemos junto com as entidades também, eu já tive oportunidade lá na Acergs, conseguimos dedicar uma emenda também. Então eu vibro com cada entrega das entidades de vocês, com cada ganho, e a gente aqui está junto, nessa luta, há quatro anos, batalhando, sabendo que os desafios são grandes, muitas vezes criam soluções que são só paliativas, e nós voltamos e buscamos soluções que são duradouras. Parabéns por estarem aqui dando voz aos desafios que existem, porque é através disso que a gente consegue sensibilizar mais vereadores e a sociedade também. Da minha parte a minha fala seria essa e vou encaminhar junto à Mesa Diretora os direcionamentos e a sugestão da Érika. Obrigada.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Posso só fazer um questionamento? Porque o meu cérebro funciona um pouquinho de frente, para trás e quando eu recebo a informação, quando eu não consigo ter entendimento exato, eu preciso perguntar porque depois com certeza eu não durmo e não faço mais nada no dia de hoje. Com relação à legislação, para a E`TC, a Câmara teria que fazer um convênio, para que possa ser fiscalizada? Como assim? Porque eu não sei em que parte da legislação, eu queria até esse apontamento, para não ter que ler e

reler e reler de novo, a legislação de trânsito ali, o que diz respeito ao Município de Porto Alegre. E enquanto eu ouvi as outras falas, com a importância que todas têm, eu fiquei com a fala do senhor, e aí meu cérebro vai sintetizando tudo aquilo que eu li e eu não consegui pegar passagem exata onde diz que a Câmara tem que ter esse convênio, porque na legislação, eu estou desconhecendo essa parte. E também com relação a shoppings, local privado, isso também tem que ser revisto, viu gente, porque shoppings e locais privados também têm que ser fiscalizado, e as pessoas têm que, sim, que infelizmente só as pessoas só aprendem quando dói no bolso. Essa é a verdade. Então tem que ser para todos. Mas com relação à Câmara, eu queria saber com relação à Casa do povo.

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Não, Érika, é o seguinte, enquanto a gente conversava aqui, eu consultei o meu colega, diretor de operações, e aqui dentro realmente a gente não entra, aqui dentro da Câmara, para multar...

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Mas por quê?

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Porque a gente a gente trabalha com as vias públicas, então aqui é uma área particular, não nos cabe entrar aqui e multar.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Então se eu entro aqui, onde existe a placa, tem a placa aqui dentro, sinalizando, uma placa da EPTC, onde sinaliza infração gravíssima, vaga exclusiva para pessoa com deficiência. Se eu chegar aqui na Câmara, tiver todas ocupadas, ninguém com autorização, e eu preciso, seja eu, seja uma pessoa com deficiência física, com pouca mobilidade, estar naquela vaga, então quer dizer que a EPTC, ninguém pode fazer absolutamente nada com relação a essa infração gravíssima, que tem na legislação, enquanto esse desrespeito. Então, a gente aciona, enquanto pessoa com deficiência ou a família atípica, aciona quem? Se quem tem a obrigação de fiscalizar, multar e fazer garantir essa legislação não pode adentrar a Câmara.

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Aí tu tens que acionar a presidência da Câmara; porque a Câmara tem um presidente e tem os seus regramentos internos. Então se alguém estacionou, e a Câmara tem uma segurança, eles estão aqui para isso, para não deixar as pessoas estacionarem no lugar errado.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Então eu vou pedir a atenção dos vereadores, porque, então, para mim, agora, para minha surpresa, a Câmara não é mais a Casa do Povo, a Câmara se trata de um órgão privado, onde a legislação, que era para todo o povo, não é validada aqui dentro da Câmara. É isso. Obrigada.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado. Passo agora para a Ver.<sup>a</sup> Biga Pereira.

**VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB):** Boa tarde, eu participo da comissão de direitos humanos, mas nós temos essa prerrogativa de participar de todas as comissões; hoje, pela manhã, eu participei da reunião da saúde, eu e o Jonas inclusive estivemos na comissão da saúde, e agora eu pedi licença para estar aqui, porque o tema é muito importante. Eu estava aqui na frente, na reunião da CEDECONDH, dos direitos humanos, que aqui está sendo tratado de crianças, que têm desrespeito, que sofrem *bullying*, que são as crianças, digamos, superdotadas, com altas habilidades, e que com o laudo, que agora virou isso também, as crianças laudadas e as crianças sem laudos. Gente, isso é um desrespeito, essas crianças têm nome, essas crianças são seres humanos, mas estão se classificando assim, os laudados e os não laudados. E como é que lauda? Onde tu consegue o laudo? Porque eu tenho tido inúmeras mães que não conseguem o chamado laudo, porque, no posto de saúde, não tem o neuro, não tem o psiquiatra, assim como não tem a fono, não tem, não é, nem pediatra, nem neuropediatra. Então, na saúde, é um horror, é um horror, e aí essas crianças não têm o laudo, as mães não conseguem, portanto, garantir que essas crianças permaneçam, venham para a educação, permaneçam na escola, com

o direito às monitoras. Tanto se insistiu para ter a monitoria, que foi contratada esta empresa, terceirizada, com monitoria que não sabia o que que significava inclusão, para começar. O que é inclusão mesmo? Como que inclui? Ou seja, completamente despreparada; algumas delas, tinha uma coisa que era bonito, vamos contratar gente, era um critério, pessoas do território, e aí contrataram algumas funcionárias que já foram alunas daquela escola e que tinham, a relação delas com a escola era uma relação de aluna. Então, o que elas faziam era só passar para a diretora, era levar o problema para a diretora, é como alunas ainda fossem. Então é difícil, é muito difícil a gente ver a falta de compromisso com a causa, precisa de um debate na sociedade, na sociedade, para que as crianças recebam o direito às oportunidades de terem saúde, de terem educação.

As mães, Ver. Prof. Alex, estão sofrendo demais, demais, porque eu vejo às vezes, têm uma mãe que me relatou que ela precisa ir de ônibus para levar a criança para a escola, ela tem a passagem para levar a criança, então ela leva a criança e ela deixa a criança lá e ela volta para casa sem o direito, porque daí ela está sem a criança. Então ela não tem mais o transporte gratuito, então ela paga para voltar. Aí ela está há 1 hora assim, e ela vai trabalhar, porque hoje as mulheres estão sem trabalho formal por conta dessa situação. Então elas vão fazer artesanato, alguma coisa para vender na feira, ou trabalham em casas como domésticas, enfim, elas estão saindo para o trabalho, e a escola já chama de volta, porque precisa ir buscar a criança. E aí tu ficas, meu Deus, tadinha daquela profe, porque como que ela vai dar conta de toda turma e com as crianças que tem uma necessidade especial; lógico que tem; a profe não dá conta, ou seja, precisa da monitora ali do lado. Mas daí sobra para quem? Para a mãe, chama a mãe de volta, porque aí é isso. A mãe não tem para quem passar adiante, é com ela. Então eu peço a sensibilidade aqui da comissão da CECE também, porque é isso né, é a educação, mas é esta situação também em que a Prefeitura hoje está tendo muita promessa mesmo, como o Ver. Jonas aqui falou. Nós estamos no quarto secretário de educação, de uma gestão, quarto secretário, e todos assim com problemas e problemas e problemas. Então é difícil. Como é que tu dá conta? Ah, mas agora a gente tem o Certa né, e aí

gente, a gente liga para o Certa e pergunta: como está a fila de espera? A fila de espera é de mais de um ano, Ver. Prof. Alex, mais de um ano, são 382 dias para tu conseguires uma consulta. E, aí, vai consultar onde? Aí vai no posto; se vai no posto, não tem neuro, não tem o psiquiatra. Quem é que vai laudar? Não tem, gente, então a gente ouve esses relatos. Aí nós temos o altruísmo da APAE, do Angelina, não é Érika, são altruístas gente, nossa.

Eu vou terminar aqui dizendo a vocês que, quando das enchentes, eu estava lá no abrigo primeiro montado, lá na Pepsi, há um negacionismo aí né da situação climática, porque abre justamente ali que um dia depois alagou né; eu estava lá quando começou a agitação para desmontar aquele abrigo, e já levar para outro, porque a água estava chegando ali, e tinha uma criança que ela estava super incomodada no colo da mãe, e eu me aproximei para ver se eu conseguia ajudar aquela mãe, e ela me disse: “Ele é autista, e ele está super incomodado com este barulho, com esta agitação”. Imediatamente eu solicitei à Prefeitura que abrisse abrigo específico para as famílias atípicas, porque certo que as crianças não iam dar conta né, e aí a gente conseguiu com o Rainha do Brasil abrir um abrigo específico para as famílias atípicas, e o Colo de Mãe que também abriu para, mas foi a minha sensibilidade de ver aquilo e logo ir atrás e ver com a Prefeitura, que não estava olhando isso, não estava, para que se tivesse abrigo específico para as famílias atípicas.

Eu termino dizendo gente, a gente conhece bastante a Érika que trabalhou para caramba nessas enchentes, a Procuradoria da Mulher inclusive a homenageou pelo protagonismo neste processo todo, e tem sido, eu quero cumprimentar essas entidades todas que têm sido verdadeiras heroínas mesmo para dar conta, como o relato que tu trazes da APAE. Ah, chegou lá na APAE então agora não precisa mais de monitor. Como assim? Como, assim, não? Aí que precisa.

Enfim, gente, a comissão, as comissões, nós, especialmente, temos tentado, os vereadores e as vereadoras, tentado, e esse espaço que nós estamos hoje tem servido muito mais como denúncia dessa situação, é um megafone, que a gente faz nesses microfones, das vozes de vocês, para poder dizer à sociedade: Socorro! Respeitem essas crianças, incluam essas famílias. É para isso que a

gente tem usado esse microfone, aquele lá do plenário. Não é possível que se continue assim. Nós estamos aí no tal do Agosto Laranja, que a gente possa fazer de campanhas em que a sociedade nos ajude, inclusive a cobrar respostas por uma questão que se avoluma, só se avoluma e não tem respostas.

Quanto a EPTC, eu quero dizer, Érika, esse espaço aqui é um espaço público, não é um espaço privado; é um espaço público, e tem guardas aqui. Nós temos o espaço do vereador, o espaço do assessor, o espaço da grávida, do idoso, assim como tem o espaço para as famílias atípicas e que tem que ser respeitado. Tem os guardas para cuidar. A vereadora aqui disse que vai levar para a Mesa, e nós vamos cobrar isso, nós vamos cobrar: Como assim? Eu vi a tua denúncia nas redes. Imediatamente, a gente foi atrás para conversar e ver: Como assim? Não pode. Eu fico triste em ouvir que a EPTC disse que esse aqui é um espaço privado. Não é, gente, isso aqui é um espaço público, como são as ruas públicas. Não é a minha casa, não é a tua casa, certo? É a chamada Casa do Povo, então vamos respeitar e vamos fiscalizar. Obrigada. Parabéns para vocês. Parabéns à CECE.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Biga. Passo agora para o Ver. Prof. Alex.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Boa tarde, senhoras e senhores. Eu me chamo Prof. Alex Fraga, tenho 1,74 metros, aproximadamente 85 quilos – da última vez que eu subi numa balança, me arrisquei –, cabelos castanhos, barba branqueando, pele branca. Agradeço a presença de todo mundo aqui. Ah, e uso óculos, a miopia me acompanha desde muito cedo.

Nós temos vários problemas, mas isso, de certa forma, é um reflexo de uma total insensibilidade dos projetos de governo que estão apresentados para a cidade de Porto Alegre. Como muito bem destacou a Érika, não é em um ou outro espaço, aqui na Casa Legislativa do povo de Porto Alegre, nós temos dez vagas para o Programa de Trabalho Educativo – PTE, que as escolas do município de Porto Alegre que prestam atendimento em educação especial trabalham com a

juventude e indicam, encaminham esses jovens para que possam se capacitar e utilizar justamente as suas habilidades no mercado de trabalho, dentro das suas possibilidades. Mas, infelizmente, pelo que me foi informado, parece que, das dez vagas, nem cinco são ocupadas na Casa Legislativa, e nós temos essa disponibilidade, e temos muitos jovens precisando ingressar no mercado de trabalho, se qualificar, se sociabilizar. Isso é fundamental para a formação cidadã dos indivíduos. Isso é muito triste.

Com relação à nossa rede municipal, a tristeza é maior ainda, porque nós já fomos referência nacional em termos de qualidade de educação e muito se perde nos últimos anos, governos insensíveis. O Ver. Jonas trouxe muito bem a tristeza e a vergonha que nós sentimos, quando tivemos denúncias muito graves, inclusive com investigação da Polícia Civil e algumas prisões, mas esse desrespeito é muito mais grave quando se refere às pessoas com alguma deficiência. Nós temos quatro escolas polo de SIR – Sala de Integração e Recursos – Visual aqui no município de Porto Alegre, uma em cada região da cidade: a Presidente Vargas, na região norte; a São Pedro, na Lomba do Pinheiro; nós temos a Dolores Alcaraz Caldas, na Restinga; e o CMET Paulo Freire, na região central, pegando a parte oeste da cidade. Só que a única que tem piso tátil é a Dolores Alcaraz Caldas e esse piso tátil tem muitos espaçamentos, ele não é contínuo, ele não permite o acesso a todas as áreas da escola. O que é muito triste, porque uma SIR Visual deveria servir justamente para fazer o acolhimento e inclusive preparar essas pessoas a utilizar esse tipo de linguagem, porque é uma linguagem tátil, para que essas pessoas possam usufruir da cidade, se locomover, adquirir autonomia, independência. Só que no próprio espaço de formação falta um equipamento. Eu acredito que não seja um equipamento tão caro, tão oneroso. Inclusive, vou aproveitar a presença do André Vicente aqui para falar que a Escola São Pedro foi destruída numa tempestade e está em processo de viabilização a reforma dessa escola. Eu peço que o André Vicente leve para dentro da SMED a necessidade de que a Escola São Pedro seja preparada e capacitada para mobilidade, porque existem alguns espaços que as rampas são muito íngremes e não favorecem o deslocamento

dos cadeirantes. O piso tátil, já que vão mexer na escola inteira, que se aplique o piso em todos os espaços, para permitir que as nossas crianças e jovens com cegueira ou até mesmo visão reduzida, baixa visão, possam ocupar o espaço que é seu, pertencer a esse ambiente.

E o que me assusta também na nossa cidade é a falta de perspectiva ofertada por parte do Poder Executivo para aqueles que têm além de 21 anos. A gente conseguiu, depois de muita briga em 2015, no Plano Municipal de Educação, ampliar, porque o projeto que chegou nesta Casa Legislativa – eu estava começando como vereador aqui – previa que Porto Alegre iria reduzir de 21 anos para 18, e a gente, depois de muita briga e muita batalha, conseguiu manter em 21 anos o atendimento na nossa rede própria para os jovens. Mas e depois dos 21? Nós não temos nada a oferecer, e isso é muito triste, porque isso prejudica as famílias, principalmente as mães. O relato da Érika é sempre um relato muito emocionante, porque ela fala com o coração. Ela não fala da boca para fora, expõe toda a vivência e o sofrimento das mães, principalmente as mães solo, porque muitas são abandonadas. Quando se identifica alguma deficiência no filho, o pai simplesmente desaparece, vai comprar cigarro e nunca mais aparece, e isso é muito complicado. O poder público precisava ter a responsabilidade dentro de um programa de governo de curto, médio e longo prazo também, fazendo a sua parte e permitindo que nós tivéssemos uma cidade mais humana, eu não sei caracterizar com outro adjetivo.

Eu vou devolver a palavra para o nosso vice-presidente, Ver. Jonas Reis, mas pedindo que, entre os encaminhamentos dessa nossa reunião, que a gente reforce mais uma vez, eu já fiz esse pedido para a presidência do ano anterior, que nós possamos, Ver. Jonas, mandar para a Mesa Diretora um requerimento, uma solicitação de que as vagas do PTE, as dez vagas daqui sejam totalmente completadas, que a gente possa acolher essa juventude e utilizar a Câmara como espaço de preparação dos nossos jovens para o mercado de trabalho. E o Alexander já fez uma anotação aqui de um encaminhamento para a gente deixar registrado nas notas taquigráficas, um pedido de providências no sentido de informar com placas o direito de atendimento prioritário em todos os cargos

públicos, em todos os espaços públicos, conforme prevê a Lei nº 12.515 de 2019. Então, eu acho que a nossa comissão poderia justamente fazer esse pedido de providências diretamente para o Executivo. Muito obrigado.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, Prof. Alex. A Sra. Isabel Ferreira está com a palavra.

**SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA:** O meu nome é Isabel Ferreira. (Procede à autodescrição.) Eu sou mãe atípica do Lorenzo, um guri de 16 anos, hoje ele estuda no Piratini, no 1º ano do ensino médio, e estou aqui representando a CPIA, que é a o coletivo pela inclusão e a arte. Já coloco aqui para vocês, referente à CPIA, como uma das alternativas, através de convênio, porque ela surgiu dentro de uma escola municipal, vereadores, dentro da Elyseu Paglioli, através de um sonho de uma professora. Ela temia ver seus alunos saírem da escola e não terem lugares para frequentar, então ela começou, eu acho que a grande maioria já conhece a professora Eliana e a banda Malucos Beleza, que não tinha inclusive lugar para ensaiar. E através da professora Eliana, nós a conhecemos, o Henrique é meu esposo, hoje presidente também na CPIA, conseguimos um espaço melhor para eles ensaiarem, conseguimos montar realmente esse coletivo, onde todos eles participam, são adultos deficientes, todos eles votaram inclusive o estatuto do coletivo. Então não só os seus familiares, quer dizer, eles falam por si só, eles têm essa representatividade dentro do coletivo. Então já é uma alternativa, porque lá no coletivo nós temos a banda Malucos Beleza, nós temos o Fuá, que é o teatro, e nós temos também a parte de esporte. Então já deixo aqui na mesa um convite para vocês conhecerem. A banda ensaia todas as sextas-feiras no Ecarta, espaço dos professores, das 14h às 17h, e o teatro as segundas-feiras também das 14h às 17h. A gente aceita também jovens, a gente está sempre procurando recolocá- los não só no lugar de trabalho, alguns deles trabalham também, mas ali a gente tem várias deficiências, não só autismo. O meu filho, por exemplo, tem autismo, mas ali a gente tem síndrome de Down, temos todas as

---

deficiências, na realidade, cadeirantes, síndrome de Down, síndromes raras e autistas. Com certeza aqui quero parabenizar todos por essa reunião porque realmente é algo muito importante e me preocupou muito de ver, Sr. Adriano, de saber essa posição da EPTC de algo tão importante quanto a vaga de estacionamento, porque só uma mãe atípica ou um familiar atípico que realmente acompanha o seu o seu filho sabe o quanto é difícil regulá-lo. Para nós também não é fácil, a gente não tem isso, muitas vezes não existe uma receita de bolo, como se diz, a gente vai proceder desta forma, porque cada dia é um dia, cada momento é um momento, cada crise é uma crise. E me deixa muito curiosa realmente da EPTC dizer que aqui dentro da Casa do Povo não pode intervir. Eu acho isso de um desrespeito incrível. E lamento muito pelo ocorrido com a Érika, a gente já passou por várias situações inclusive de ter que se retirar de lugares, porque o nosso direito não é respeitado. E o senhor, sendo o diretor de educação da EPTC, a gente faz parte de associações não é de agora, e eu nunca vi, por exemplo, sou servidora pública também, trabalho na SMAP, na Secretaria de Administração e Patrimônio, e eu, como servidora pública, mãe atípica que todos sabem disso e tudo mais, eu nunca vi uma comissão da EPTC chamar qualquer tipo de instituição para preparar os servidores, no caso os agentes públicos. É uma coisa que eu deixo até como sugestão, mas por exemplo, nós temos várias instituições, até quero dizer e salientar que a Nara, da FAPA, está aqui também e faz um trabalho magnífico, acho que ela não foi citada, não sei se a Nara ainda continua, mas também quero dizer. E isso me deixa assim muito curiosa. Por isso? Mas outra situação também, vereadores e pessoal, Ver. Jonas Reis, a gente tem um concurso público, ou melhor, a lei do monitor de Porto Alegre que é muito antiga. Um concurso hoje para monitor, e isso eu já venho batendo em outras comissões aqui, um concurso hoje para monitoria do Município de Porto Alegre exige que a pessoa tenha o ensino fundamental. Se essa lei não mudar, não tem como, não vai ter como. Por mais preparada que essa pessoa seja, se prepare, através de cursos, de pós-graduação, de tudo mais, sei lá, não tem como, não tem como o monitor prestar um concurso público de nível fundamental. Isso tem que mudar e isso só pode partir daqui da Casa do Povo,

---

se não nunca vai mudar. A gente, como sociedade, já tentou de várias maneiras, é muito complicado ver que o monitor hoje está completamente despreparado. E eu sei o quanto a SMED... Porque o Lorenzo vem de uma escola infantil municipal, que foi a Tio Barnabé, que graças a Deus a Tio Barnabé identificou algo diferente no meu filho, o Lorenzo foi um menino que, muito antes do diagnóstico, já começou o tratamento, através dessa visão dessa professora bem preparada, sempre saliento o nome dela, professora Andrea, e é professora municipal. Ele foi para uma escola pública também, que é o Piratini, escola estadual. Então eu tenho essas duas visões e agradeço a professora Tássia por estar aqui porque é da sala de recursos lá, ela que atende o Lorenzo, e a exigência do PDI, a luta dela como professora, como profissional, como psicopedagoga da sala de recursos de fazer com que os professores cumpram esse PDI. E a gente vê isso assim muito claro. Eu conheço essas escolas? Não, conheço outras também que eu sei que não tem monitoria, que o professor, por exemplo, a gente está aí na luta para conseguir uma vaga para um menino que simplesmente vai para a escola, fica 1h e 15min dentro do pátio. Antes de entrar nesta comissão, a mãe estava me ligando. “O que eu faço do restante? O que eu faço?” Porque de manhã ela precisa atender ele, faz o almoço, leva para a escola, fica 1h e 15min e ela tem que buscar. Complicado isso, muito complicado. E eu gostaria muito de falar, pena que não tem ninguém da saúde aqui, da fila do Gercon quanto aos médicos. Gente, a gente tem uma fila imensa do Gercon. O posto de saúde não tem um pediatra. Qual é a urgência, como pode ser feito isso e deve ser feito? Como partir para a exceção? Essas crianças não podem ficar quase 800 dias para consultar com um neuro. Esse neuro não vai chegar lá e dizer na primeira consulta: “Ah, sim, sim, por tudo o que a senhora me relatou, essa criança é autista. Está aqui o seu laudo”. Não, gente, não pode ser assim, mas essa criança não pode esperar esses 800 dias. Se essa criança, se a escola tem essa visão já lá na educação infantil de que a criança tem alguma parte que não está sendo... alguma deficiência, alguma coisa que não está sendo feita, isso tem que ter uma outra visão, isso tem que partir para outro momento, tem que existir uma outra linha, isso é uma urgência. É vergonhoso cada mãe

ter que entrar na justiça, para conseguir uma monitoria, para conseguir um espaço no Certa, para conseguir... E eu não sou contra o Certa, acho que foi maravilhoso, atende a algumas crianças, mas não atende dentro daquilo que se propôs. Esses são contratos terceirizados. Essa rede de monitoria, a... (Ininteligível.) ...quem é que fiscaliza esse contrato? Porque nós, servidores públicos, sabemos que existe uma fiscalização, e aí agora, eu chego na comissão, e escuto que essa empresa terceirizada tem profissionais incapacitados de lidar com uma criança especial. Cadê o fiscal desse contrato? Quando essa empresa vai ser responsabilizada? Quando esse profissional vai sair dessa equipe? É lamentável, é lamentável. Não só como mãe, não só como profissional na área do direito, não só como servidora pública, como cidadã, isso é vergonhoso para o Município. E acho que cada vez mais a gente tem que preparar, não pode a gente estar instigando, entendeu? Porque nós sabemos o nosso dia a dia, muitas vezes a gente não tem condições de estar aqui. A Érika teve que trazer a Angelina para cá, a outra mãe teve que trazer o filho para cá, o meu está em casa, ligando, com 16 anos. A gente não pode estar aqui. É muito bom que a gente esteja à frente? É, sim, a gente vai ter várias Érikas, vai ter várias Isabéis aqui cobrando de vocês, mas isso tem que ser instigado. Existe um gabinete, e esse gabinete, ele tem sim que preparar. E aqui eu agradeço ao presidente desta comissão, o Ver. Marcelo Bernardi, que foi um que teve a visão de que essas mães precisavam ser ouvidas e abriu o gabinete dele, para que a gente pudesse, que uma mãe atípica pudesse ouvir a outra mãe, aquela mãe atípica que está à frente pudesse ouvir a outra mãe e pudesse dizer para ela: “Não, o caminho é esse, esse, esse e esse, e eu vou estar contigo”. É isso que a gente precisa, a gente precisa que alguém pegue a nossa mão e diga: “A gente está com vocês. Nós compreendemos o que vocês estão querendo”. Eu não quero o direito só para o meu Lorenzo, a Érika não quer o direito só para a Angelina. Como ela disse, são seiscentas e poucas famílias, a gente tem quase trezentas famílias que a gente está ali e carrega. Eu quero que todos os Lorenzos consigam fazer os seus atendimentos com dignidade e que consigam ter o seu laudo como o meu teve, com dois anos e quatro meses. Se hoje ele é o menino

que é, foi graças a todos esses profissionais, a todos esses multiplicadores que nos ajudaram. Agradeço a cada um e agradeço à professora Tássia, em especial, por acreditar no nosso trabalho, por acreditar que, sim, a gente está aqui para lutar, e a gente sempre vai estar. Desculpem o nosso incômodo, pode até ser um incômodo, agradeço à Luciana, da APAE, eu sou apaixonada pela APAE, assim como sou apaixonada pelo Educandário São João Batista, que faz um trabalho magnífico. Eu acho que são duas instituições de Porto Alegre que mereciam ser muito mais vistas, estar muito mais acima de qualquer outra coisa, do reconhecimento. Muito obrigada.

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Obrigado, Isabel. Eu só gostaria de compartilhar toda a tua indignação como servidora pública – eu também sou professor da rede municipal – com relação ao descaso que os nossos jovens e as nossas crianças estão tendo por parte deste governo. Eu queria fazer um pequeno ajuste...

**SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA:** Só uma coisa, vereador, só um minutinho. Nunca esqueçam que aqui a gente fala, como a Ver.<sup>a</sup> Abigail fala, “nossas crianças, nossas crianças”. Não, gente, essas crianças crescem. Hoje a Angelina tem 9 anos, o meu tem 16, mas lá no CPIA, nós temos atípicos com 40 anos, 45 anos. Essas crianças lá na APAE, essas crianças crescem, elas viram adolescentes, elas viram adultos, elas passam por fases iguais aos típicos. Então, lembrem-se sempre que elas também vão envelhecer, e o que é que será feito?

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL):** Eu só queria fazer um pequeno ajuste. Tu falaste da questão da lei dos monitores, da contratação dos monitores. Eu concordo, talvez fale pelo Ver. Jonas Reis também, nós achamos que a lei precisa ser modificada, é necessário, só que essa lei tem que partir do Executivo, porque toda lei que muda as regras do funcionalismo do Executivo, ou seja, os

cargos vinculados à Prefeitura, ela tem que vir do prefeito, não da Câmara de Vereadores.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, Prof. Alex. Eu queria só reiterar que nós logo vamos encerrar a transmissão ao vivo não por culpa nossa, mas porque é o procedimento técnico usual da TVCâmara. Nós temos mais pessoas para serem ouvidas. Eu queria solicitar particularmente que nós tentássemos ser sucintos. O Sr. Henrique Ferreira, presidente do Comdepa, está com a palavra.

**SR. CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA:** Boa a tarde a todos, saúdo a Mesa dos vereadores e assim estendo a toda a audiência. (Procede à autodescrição.) Acuso aqui a presença carinhosa do nosso presidente do Coeped, conselho estadual, que é o Nelson Khalil; eu não sei se ainda está aqui a nossa presidente licenciada Gisele. Eu quero pedir licença para falar em nome do Lorenzo, não como presidente do Comdepa, presidente em exercício inclusive, porque é aí que mora a nossa razão. Veja que nós somos uma família atípica e que viemos buscar na política, porque é a única que poderá alterar o tecido social. Aqui quero ser solidário com o pessoal da EPTC, não sei dos meandros, dos detalhes, mas a lógica me diz que, aqui sendo a Casa do Povo, a EPTC tem sim, Érika, o direito e o dever de fiscalizar, porque não há outro caminho senão esse. Pretendo ser breve, mas vou ter que destacar algumas coisa. Ainda como presidente em exercício do Comdepa, quero pedir três encaminhamentos. Um, que a sindicância que a gente solicitou aqui para que apurem os fatos aos quais a Érika, da Angelina, foi submetida, tenha um andar, tenha um caminhar que nos dê uma satisfação do que é que ocorreu. Não é possível que a gente, de tempo em tempo... Ninguém sai de casa: “Ah, vou lá na Câmara hoje bater um papo”. Não, a gente vai no bar, a gente vai em qualquer lugar, aqui a gente vem reclamar, exercer a cidadania com base nas leis, no direito, etc. e tal. Então a gente quer cobrar que essa sindicância tenha início, meio e fim, porque a gente, Comdepa, é ator nesse caso aí. Nós viemos aqui cobrar. “Ah, mas o Executivo...” Está correta toda a postura, a cobrança, mas

hoje nós viemos aqui principalmente pela questão da vaga exclusiva para deficiente que não estão respeitando, e é aqui na Casa do Povo, é aqui na Câmara de Vereadores. Segundo, na semana de conscientização, que se inicia amanhã, que, a partir deste local de fala, nós estaremos aqui novamente, se tenha uma conscientização para todos os atores, os vereadores, os assessores, a Guarda Municipal, todos, uma conscientização de que é preciso cumprir a lei, mesmo nos espaços privados, pois não é porque eu estou na minha casa... A Ver.<sup>a</sup> Abigail disse: “Quando nós estamos em casa...”, mas na minha casa eu tenho que cumprir as regras também, porque a lei perpassa a sociedade como um todo, e o tecido social há de se adequar. É uma lei, não é um favor, não é um pedido, não é uma gentileza, é uma exigência. Estamos aqui na qualidade de cidadãos, cobrando essa lei.

O senhor falou em dez vagas; nós temos que preencher essas vagas com urgência, vereador, por favor, porque isso depõe contra tudo que nós falamos aqui! Vamos cobrar do Executivo, vamos cobrar, vamos fiscalizar, vamos fazer, está tudo certo, eu estou a favor e quero que seja assim mesmo, mas não podemos deixar uma lacuna dessas aqui na Casa do Povo: dez vagas para deficientes, nós temos que preencher, nós temos que adaptar. Esta Casa não está adequada para receber cadeirantes, por exemplo. Eu não sei se o piso tátil... Aqui eu peço desculpas, fala para vocês aqui um ignorante que foi colocado em meu local de fala por ser pai de autista, e eu costumo dizer que eu divido ignorâncias, eu aprendi muito aqui hoje, mas eu nunca me furto de falar as coisas, independentemente de estar aqui, lá ou acolá. Nós temos que também providenciar para que esta Casa seja acessível! Quero acusar a presença também do coordenador municipal da acessibilidade, o Sr. William – não sei se ainda está presente conosco – é uma pessoa importante que, evidentemente, vai levar para dentro da Secretaria de Desenvolvimento Social esta nossa fala toda aqui, porque nós não podemos, a cada tempo, nos reunir, todo mundo se queixa e todo mundo conversa, acaba que aqui é o local de escuta, mas não é este o local adequado; a gente solicita, pede e almeja que o Executivo e o Legislativo proporcionem às mães atípicas... Porque tem um detalhe: eu gostaria

de ter o censo, se precisaria ter um censo das mães solas, porque sai o laudo, o pai vai embora e diz que a culpa é da mãe: “A culpa é tua”. E eu aqui, muito vaidoso, digo: é raridade ver um pai na ponta, lutando, brigando, porque quando saiu o laudo, eu fiquei atordoado, mas, se não fosse a minha esposa me conduzir, nos orientar e nos trazer até aqui, eu estava até hoje lá, parado, porque nós, homens, temos reações diferentes, a nossa formação, etc. e tal. Eu quero pedir licença para falar em nome do Lorenzo, ele está dentro do espectro, no nível 1 de suporte, e a gente sabe que essa nomenclatura também vai cair agora, senão nesses dias, até os próximos meses. Antigamente era severo, era não sei o que, e agora é nível 1 de suporte, e eles vão alterar isso também. O Lorenzo, quando saiu o diagnóstico, a professora, eu costumo mexer com ela, a professora Simone de Lima do Amaral, da Escola Elyseu Paglioli, me vendeu que era altas habilidades, e eu fui para casa pensando que o Einstein estava comigo! O Lorenzo é nível 1 de suporte, mas ele transita entre o nível 2 e o nível 1 de suporte. Não é fácil, e as mães solo ainda têm que trabalhar, elas têm que ser bonitas, porque a nossa sociedade é uma sociedade estética, é uma sociedade que cobra, ainda. No serviço público, para que se consiga os 50% de redução de carga horária, tem que entrar na justiça, tudo tem que entrar na justiça, então a família atípica passa mais no Judiciário do que em casa, no hospital, na clínica, sei eu onde, ou no lazer, porque também está na Constituição Federal os direitos a habitação, saúde, esporte e lazer. Enfim, eu não vou ensinar a missa para o vigário, porque vocês sabem muito melhor do que eu, mas quero registrar que hoje, aqui, é um momento de indignação; todas as falas foram pertinentes, os vereadores, cada um na sua pauta, que é o legítimo, por isso a Casa do Povo é importante, porque tem a esquerda, a direita, o centro, mas nenhuma delas dá conta de nos incluir, de fato e de direito. Todos dizem: “Ah, nós temos que fazer!”, porque nós estamos num momento eleitoral. Então nós temos que voltar aqui depois e cobrar: “Escuta, mas foi feito, vereador? Preencheram as dez vagas? Como está minha sindicância: Como está a Semana Municipal da Pessoa com Deficiência?” É isso, se nós não seguirmos cobrando, cobrando e cobrando, sai o João, entra a Maria, e a gente

segue no muro das lamentações, o que é uma vergonha, porque a sociedade, por si só, deveria fazer esse tecido social se adaptar e receber todos os deficientes.

Quero dizer que sou solidário não só com este momento da Angelina Luz, da Érika, o pessoal da Acergs e todos que estão nessa condição junto conosco, porque nós temos um lema, pelo menos vem de longe, que diz: “Nada sobre nós sem nós”, mas é preciso que a gente, então, procure cobrar das pessoas e dos parceiros aquilo que eles falam, aquilo que eles se comprometem, seja do Executivo ou do Legislativo. Era isso, senhores. Muito obrigado.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Muito obrigado, Sr. Henrique. Passo imediatamente para a Sra. Renata.

**SRA. RENATA EICHNER:** Boa tarde. Então, gente, sou mãe atípica de um menino de oito anos, indo já para nove anos, que só recebeu o laudo no ano passado, ou seja, negligenciado desde a escola e na saúde. A gente tanto fala em inclusão, mas Porto Alegre não tem inclusão, eu lamento dizer que nós temos leis, mas nós não temos inclusão, nós não temos cobrança. Se tivesse 10% sendo realmente feito das leis que existem, nós teríamos inclusão. No momento a gente tem exclusão, nós somos negligenciadas como mães, nossos filhos são negligenciados, nós somos acusadas de furar a fila se nós entramos na Justiça para as terapias dos nossos filhos, nós somos acusadas, aí o nosso filho não tem terapia desde o nascimento até os quase nove anos. Meu filho vai fazer nove anos mês que vem e ele começou as terapias há dois meses, com isso meu filho foi tendo variações, foi tendo crises, foi piorando, e, em decorrência disso, na escola eu sou tarjada como a mãe que potencializa o autismo do filho. Ou seja, de onde a gente espera apoio, eu escuto que eu estou incentivando o meu filho a ser autista, que ele não deveria nem usar o cordão de identificação com a CIPTEA dele, porque ele não é tão autista.

**SR. HENRIQUE FERREIRA:** É caso de polícia.

**SRA. RENATA EICHNER:** Pois é, de onde a gente espera acolhimento. Aí tu vais num posto de saúde, como a Érika já tinha falado – até isso foi uma questão que eu trouxe, porque nós entramos na ouvidoria para tentar resolver – e há um alto-falante, aí o filho entra em crise, a gente reclama e é acusada de estar criando barraco. Nós não temos um momento de paz, eu vi meu filho ir piorando em oito anos e eu fui acusada de potencializar, eu fui acusada de furar a fila, eu saí de casa para ir num mercado e não tem vaga, porque as pessoas estão fazendo uso indevido, eu vou num posto de saúde e não é respeitada a fila preferencial, mesmo com consulta marcada. Ele é atendido de duas a três horas depois do horário dele, eu vou na escola e peço socorro e recebo esse tipo de resposta. Agora meu filho está fazendo as terapias graças à judicialização, que eu corri atrás mesmo sendo acusada de estar furando a fila, e, todos os dias, eu penso no momento em que ele vai ter que ir para o Certa. O nosso Certa perfeito, que a criança entra lá e fica em avaliação por meses e meses e meses, que tem um termo que já é conhecido, já foi trazido outras vezes que, para entrar, tem que assinar. Assinar que eles podem fazer medicação nas crianças; então, assim, a gente não tem um minuto de paz; desde o momento que a gente sai de dentro de casa, o tempo inteiro, a gente está lutando por direitos básicos. Eu não estou dizendo nada além, não é nada além do direito do meu filho, que é tarjado como menos autista por ser nível 1 de suporte, porque ele fala. Então eu tenho que provar, inclusive foi questionado dentro da educação, que, por ele falar, por ele interagir, o laudo dele não era válido. Então é triste, eu espero que seja feita realmente alguma coisa, além de leis. Que sejam cobradas as leis, porque leis, nós temos leis maravilhosas que, se, de fato, elas tivessem sendo cobradas – nossa! –, a diferença que isso ia fazer no dia a dia da gente, enquanto família, dos nossos filhos, porque, a Érika sabe, eu faço tratamento psiquiátrico hoje. Eu não fazia, eu faço tratamento psiquiátrico hoje. Agora pergunta no posto quando foi a última consulta que eu consegui, quando foi a última vez que eu consegui pegar um remédio para mim. Não, não fui, faz meses que está lá, e eu não vou, porque com quem que eu vou deixar meu filho? Eu sou casada sim, só que meu

marido trabalha de manhã, de tarde, às vezes, à noite para poder sustentar nossa família, porque, do ponto de vista do governo, nós também não temos que ter ajuda nenhuma, porque a gente não se enquadra. Então, gente, é socorro, é só socorro mesmo que dá para vir aqui pedir para que, de fato, seja feita alguma coisa e sejam garantidos, de verdade, os direitos do nossos filhos e da gente enquanto família. Que a gente não entre para estatística de um número tão... A Érika, várias vezes, foi o meu socorro e ela sabe que várias vezes eu liguei para ela chorando, que nem criança, porque é o único apoio que eu vejo, a que eu consigo recorrer, mas e aí, quem socorre ela? Quem é o apoio dela? Então é assim que a gente vive enquanto família atípica, é um segurando o outro, mas, em algum momento, essa corda solta, porque alguém não tem quem segure, quem abrace, quem acolha. E aí, a gente fica à mercê, né. Então, socorro! Só vocês que têm o direito de fiscalizar, a gente tem, mas a gente infelizmente é ignorado, mas que seja fiscalizado, que seja feito algo de fato. Obrigada. (Palmas.)

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Diante desse depoimento da Renata, eu não posso me furtar a falar que, Renata, tu deixas a gente bastante consternado mesmo. Como agentes públicos – né, Prof. Alex –, a gente sabe dos limites do Parlamento, olha, eu vou dizer para ti, Érika, eu coloquei 391 pedidos de informações na Prefeitura, sobre contratos, gastanças, durante este um ano e sete meses. Poucos foram os que responderam com consistência sobre o que estavam fazendo com o dinheiro público. A SMED tem R\$ 140 milhões sendo investigados, quatro pessoas foram presas – quatro pessoas foram presas! – e R\$ 140 milhões, que, se chamassem as famílias atípicas, elas diriam onde eram as prioridades. E as prioridades não eram comprar esse monte de bugiganga, de bagulhos que estão nas escolas. Era colocar profissionais, pagar salário, remunerar melhor, mais carga horária, cuidado, acolhimento; não adianta fazer um centro do autista que não acolhe todo mundo e centralizado, né, Érika. Muitas vezes tu falaste isto: “quem é que está lá dentro, quem é que está avançando na fila, que fila é essa, quem manda na fila?” Isso ainda é nebuloso. Quem manda

na fila lá? Isso é nebuloso, e nós já fizemos um pedido de informações. Nós queremos saber os critérios, porque infelizmente há um sofrimento psíquico, há um sofrimento das famílias, por quê? Porque o Estado não acolhe, reitero isso, é o abandono do Estado. As pessoas pagam impostos, mas o Estado é ausente, e aí ninguém se responsabiliza. A coisa mais fácil hoje no Brasil é se desresponsabilizar, Prof. Alex; vem e fala com vereador, ele diz: “não, a minha pauta não é a educação, minha pauta não é inclusão”. Vai para outro, vai, fala com deputado: “Não, eu não sou dessa região aqui, eu sou de outra região”. Chega a Prefeitura diz assim, esta é a fala clássica: “O cobertor é curto.” Mentira! Quero dizer para ti, Renata, que, quando disserem para ti que não tem dinheiro, tu podes dizer na cara: mentira. Pega no portal da transparência, o orçamento da Prefeitura é de R\$ 11 bilhões. O que existe é escolhas, a Prefeitura decidiu passar R\$ 74 milhões de isenção de IPTU para a Fraport do aeroporto. Quantos projetos nós poderíamos alimentar? Quantas instituições, como essa que tu falaste aqui, a CPIA poderia receber dinheiro da Prefeitura para fazer acolhimento e inclusão das famílias. Então nós estamos trabalhando com a ideia de Estado que escolhe, o Estado escolhe. Hoje em dia é mais bonito pintar meio-fio, Nelson, botar asfalto novo do que fazer algo que, para eles, é invisível. Porque é invisível ter um professor, ter um profissional, ter um psicólogo, ter um psiquiatra, ter uma equipe multiprofissional, porque, claro, ela fica entre quatro paredes, não é uma vitrine. Agora, eu boto um meio-fio, eu corto uma grama, boto um asfalto, todo mundo passa, todo mundo vê. Isso que nós temos que inverter na política, e esse é um exercício que só vocês têm mais força do que nós, porque isso é caminhar contra a corrente, porque a corrente é laranja de amostra. O autismo, as deficiências, elas estão escondidas, muitas vezes, dentro das residências, porque o poder público não quer ver. Então, quando não tem profissionais, quando não tem centros de acolhimento, quando não tem escolas, quando não tem contraturno, quando não tem inclusão real, por quê? Porque não quer ver isso; então tu deixas para a família, então tu entregas. “Ah, a criança está matriculada no tempo integral.” Meio-dia, eu a devolvo para a família, porque esse é um problema que não é meu. É assim que o Estado age, como

se fosse um problema. Não é um problema, essa é a diversidade da sociedade, e a gente precisa acolher. Realmente, se a gente for na ponta do lápis, os índices de adoecimento das pessoas que poderiam estar sendo acolhidas pelo Estado, para elas realmente fazerem um trabalho também como um todo, encorajando a sociedade... Essa é uma situação, que a Érika falou, o autismo sempre existiu. Agora, claro, a gente aperfeiçoa, há diagnósticos, estuda, a gente pode pormenorizar, reunir em grupos, mas sempre existiu e sempre existiu negligência. Mas não é terra arrasada, hoje a gente melhorou muito, mas com a luta das famílias. Ninguém decidiu da cabeça: “ah, agora eu vou fazer isso”. Não, tudo é pressão popular, pressão política, as famílias organizadas, o Projeto Social Angelina Luz tem uma fundamental importância nisso, por pressionar. Pode não acontecer para as crianças de agora, para os filhos de vocês, mas, com certeza, isso vai ser um semeado. É assim que nós acreditamos na política, não é para agora, tem a lei, tem as leis. Bom, até implementar, até a lei virar direito real tem uma longa briga, uma longa briga. Eu fiz aqui uma lei já faz um ano, a lei da mamografia e tomografia mamárias, por exemplo, para todas as mulheres a partir da puberdade, antes era só a partir dos 50 anos de idade. Agora vocês me dizem, se todas estão acessando. Não estão. Eu fui um dos poucos que mandei dinheiro para os exames; então é uma batalha. Tu fazes a lei, mas tu tens que fazer todo um movimento que demora anos, qualquer lei aqui demora anos! Nós temos a lei que garante que criança de quatro, cinco anos tenham vaga em escola, e nós temos 12 mil que não têm; e é uma lei de 2009. A Emenda Constitucional nº 59 transformou a educação obrigatória de quatro a 17 anos, e hoje nós temos adolescentes fora da escola porque não têm vagas. E aí tu me perguntas: o governo do Estado não tem dinheiro? Tem dinheiro, dá isenção aos poderosos. O governo municipal não tem dinheiro? Tem, já falei para vocês, repito: R\$ 2,3 bilhões, que é do Fundeb, não é nem dinheiro daqui, vem direto de Brasília, de outros estados, é nosso, é daquela redivisão que tem, não é? Recolhe tudo, depois divide entre os municípios.

Então o que, muitas vezes, a gente tem que aprender a regular, vocês, sociedade civil, é cobrar o dinheiro dos impostos. Agora, chegou na segunda-

feira, o prefeito protocolou aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que nós vamos discutir. Vocês têm que, em cima dessa lei, pedir emendas, vocês têm que produzir emendas das instituições para dinheiro, para inclusão. Estou avisando, muitas vezes, as pessoas não sabem disso.

Continuando aqui, então, vamos passar para o Sr. André Vicente. Querido professor André, a fala está com o senhor.

**SR. ANDRÉ VICENTE DA SILVA:** Boa tarde a todos os integrantes da Mesa, todos as demais pessoas que estão aqui. Eu sou o André, sou professor da rede municipal e estou na equipe de educação especial, na equipe pedagógica. Eu sou uma pessoa com deficiência visual, e eu vou tentar ser breve, mas é muito difícil nós falarmos sobre a educação sem falarmos em rede. Então, vereadores, com todo o respeito aqui a esta comissão, eu sugiro que, se for possível, em outras reuniões, chamar alguém da saúde, porque nós temos aqui para falar em educação, para falar em qualidade de vida, que para a educação não precisa laudo, mas para as demais esferas, para se conseguir, por enquanto, os demais serviços precisam dos laudos. Então, não tem como falar de pessoa com deficiência, de autismo sem pensar na saúde.

Eu fico muito feliz, professora Tássia, de saber do teu do teu trabalho, a gente sabe de alguns relatos do Estado, mas me solidarizo com o teu trabalho e com a tua caminhada de ficar transitando entre duas escolas. E a gente sabe que muitas escolas do Estado não tem o professor nas Salas de Recursos; o Município tem, enfim, com essa luta toda, de ter os professores nas escolas, mas claro é infinitamente menor a estrutura. Mas é um apelo também que eu faço para que, em questão de educação, se traga também alguém, talvez, da Seduc, alguém do próprio Conselho Tutelar, porque a gente sabe e eu já ouvi que os conselheiros recomendam, muitas vezes, as escolas municipais por saberem que todas elas têm Salas de Recursos, enfim. E aí o nosso papel, enquanto cidadão, é ficar nessa: “Bom, vamos demandar para o Município, porque tem um pouquinho mais de estrutura”, e aí não se demanda para o Estado e não se constrói. E o nosso papel de cidadão de cobrar acaba não ocorrendo e do próprio

conselho, enfim, como ente público também, nessa esfera, acaba, nessa situação, talvez, não exercendo o papel que poderia. Então fica aqui essa sugestão.

Muito se falou e tem muitas coisas que a gente poderia pontuar aqui, mas vou tentar ser breve. Eu me sinto acolhido, Ver. Jonas e o próprio Ver. Prof. Alex, que também são professores da rede, que sabem da nossa luta diária, do pedagógico. Eu, infelizmente, não posso responder sobre o contrato da empresa, enfim, que está inserida nesse programa, mas posso falar que nós, enquanto equipe de educação especial, do pedagógico da SMED, tivemos, neste meio do ano, uma participação na formação que os agentes tiveram no recesso, agora. Eu, inclusive, ministrei uma parte das formações, falando sobre autonomia. E também vamos, agora, enfim, fazer parte do Comitê de Gestão dessa parte pedagógica, para acompanhar essas formações. Mas o programa Incluir+POA também está... Como é um acordo do Município com a Defensoria, a Defensoria também acompanha isso. Eu quero deixar claro que é um instrumento, eu acredito, de controle, que a Defensoria também já está acompanhando. Eu acho que, por enquanto, é isso. Ah, quero dizer a Renata que também lamento desse ocorrido, mas a Ouvidoria da SMED existe e é um instrumento de controle que a gente pode investigar, que a gente pode buscar junto à escola para saber dessas situações, e o pedagógico da SMED está sempre aberto. Obrigado.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, professor André, sempre bem-vindo nesta comissão. Quero passar para o Sr. Flávio Fontoura Júnior, que é autista e pai atípico, por gentileza, pode vir até aqui que nós vamos lhe dar um microfone sem fio.

**SR. FLÁVIO FONTOURA JÚNIOR:** Boa tarde, meu nome é Flávio Fontoura, eu sou autista e pai atípico. Eu me identifico com vários dos assuntos que vocês trouxeram aqui, mas o que eu queria falar era sobre um assunto que já foi iniciado pela Érika, que é a questão dos estacionamentos privados. Eu poderia

---

trazer aqui diversos exemplos que já foram vivenciados por mim, já foram relatados por outras famílias, inclusive com ameaça de agressão física, mas eu vou trazer só alguns fatos. Até um tempo atrás, eu ligava para a EPTC para solicitar a fiscalização nos estacionamentos privados. Na primeira vez que eu liguei, a pessoa que me atendeu me explicou que não poderiam atuar em estacionamentos privados, exceto se tivesse sinalização horizontal e vertical. Então, naquele momento, eu disse: “Olha, no local que eu estou tem sinalização horizontal e vertical, então acredito que seja passível de fiscalização”. “Sim, vamos mandar uma viatura.” A partir daí, eu entrava em contato somente quando tinha a sinalização horizontal e vertical, e diversas vezes a EPTC foi nos estacionamentos privados fazer a fiscalização. Não posso garantir que foi em todas as vezes, mas certamente diversas vezes sim, até que cerca de um mês, pouco mais de um mês atrás, eu liguei para EPTC, na mesma situação, em um grande supermercado, pedi a fiscalização e a pessoa que me atendeu disse que agora a EPTC só poderia atender onde tivesse o projeto de adequação dos estacionamentos aprovados pela EPTC. Então, eu procurei mais informações sobre isso, localizei a orientação técnica da EPTC, que é datada de janeiro de 2023, que fala sobre isso, tem todas as regras, formatos de placa, como que tem que ser a sinalização. Eu fiquei pensativo: como que, de um momento para outro, mudou essa postura, o regramento já existe há bem mais tempo. E também o agente que me atendeu me falou que, em Porto Alegre, somente o Shopping Total tinha o estacionamento adequado à legislação. Então eu fiquei pensando: como que em um município do tamanho de Porto Alegre tem só uma entidade privada que atende ao regramento da EPTC, que é capaz de atender? E eu fiquei pensando, mas qual é o interesse de um supermercado, de um *shopping*, de uma escola de investir dinheiro na adequação dos seus estacionamentos, sendo que eles já têm o estacionamento com a identificação, com as placas de sinalização horizontal e vertical? Só não estão nas medidas conforme a EPTC determina. Então essa é a diferença entre fiscalizar e não fiscalizar. E eu fiquei pensativo, será que a gente não pode dar um passo atrás e deixar de exigir, e que o regramento seja exatamente daquela forma como está na orientação

técnica da EPTC? Será que a gente não pode abrir um pouquinho esse leque? Porque, senão fica fácil, é praticamente negar a fiscalização, porque ninguém vai querer se adequar, ninguém vai querer investir nisso. Então eu queria provocar essa reflexão e, se for possível, fazer algum encaminhamento nesse sentido também de, de repente, revisar esse regramento para tornar mais flexível. É isso.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Muito obrigado, Sr. Flávio. Vamos passar para o Sr. Nelson Khalil, presidente do Comdepa, e vamos depois ouvir também a EPTC, porque tivemos algumas perguntas, sugestões: o que a EPTC pode fazer nessa questão.

O Sr. Nelson Khalil está com a palavra.

**SR. NELSON KHALIL:** Boa tarde a todos e todos. Agora, no microfone, somente para os meus amigos com deficiência visual poderem localizar de onde estou falando: eu sou um homem branco; cadeirante; cabelos, barbas e bigodes grisalhos, eu uso uma cadeira de rodas motorizada, estou com um blusão vermelho, um casaco preto, óculos pendurados no pescoço e uma lupa, por que eu também estou perdendo um pouco de visão, mas é também em função da velhice. Antes, para eu não esquecer, porque eu vou acabar esquecendo depois, amanhã – vou fazer um convite – é a abertura da semana 30ª Semana Estadual da Pessoa com Deficiência e a 27ª Semana Municipal da Pessoa com Deficiência, e será aqui mesmo na Câmara, no Ana Terra, às 14h.

E, também para não esquecer, todas as pautas faladas aqui são importantíssimas, mas a pauta principal da pessoa com deficiência hoje em Porto Alegre é a reativação da Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. E, na próxima gestão, nós temos que fazer força para que isso ocorra, porque nesta gestão do prefeito Melo infelizmente não só não reativou, como ele tinha prometido antes na campanha que reativaria a Secretaria, como rebaixou-a de Diretoria para Coordenação. Mas agora falando... E nós temos muitas pautas com pessoas com deficiência. Eu quero saudar o Ver. Prof. Alex;

Ver. Jonas Reis; presidente do Comdepa; Henrique, presidente exercício; minha amiga Érika, menina muito calma, muito tranquila, não luta por nada, não é? O meu amigo William; coordenador do CAIS da Prefeitura; meu amigo Vavá, que está aqui também, eu o vejo agora; meu amigo, professor André, aqui também está ao meu lado. Bom, essa pauta é importante, a questão da Câmara. A Câmara é um dos prédios públicos, em Porto Alegre, mais acessíveis que se tem. Talvez a grande falha da Câmara seja o piso tátil, falta muito piso tátil na Câmara de Porto Alegre, mas no resto ela é bastante acessível. Mas falta uma acessibilidade na Câmara, e isso eu venho relatando há algum tempo, é acessibilidade atitudinal. Porque esse caso que ocorreu agora se resolveria com uma atitude diferenciada, mas, nesta questão de estacionamentos e na questão de mobilidade urbana – e me perdoem os colegas da EPTC que estejam aqui – a grande responsável é a EPTC. Porque veja o caso que o nosso amigo – que me fugiu o nome agora, que estava falando aqui, o pai atípico –, a EPTC levou muito tempo para reconhecer que ela tinha a obrigação de fiscalizar os estacionamentos privados. E aí reconhece, agora já de alguns anos, que é responsabilidade dela. Agora vem com essa – e essa história já não é de agora – de que tem que ter sinalização. Poxa, mas se não tem sinalização, quem tem que fiscalizar a sinalização é quem? É a EPTC que tem que chegar lá e dizer se o estacionamento está com a sinalização adequada ou não, é tarefa da EPTC também. E é tarefa da EPTC multar, e aí? Olha, antes de mim, o Paulo Kroeff, no Coepede já reclamava disso; antes de mim, o professor Adilson Corlassoli já reclamava disso. Quando eu entrei no Comdepa, o presidente da EPTC era o Soletti, ele me prometeu que, em três meses, resolveria esse problema de multas em estacionamento. Depois dele veio o Ramires. O Ramires, pelo menos, uma meia dúzia de vezes me prometeu que, em menos de 15 dias, estava resolvido o problema. Estamos já na gestão do Bisch Neto já algum tempo, e não se resolve. Junto com isso, nós temos, na EPTC, problemas de ônibus que estragam, de passe livre, do acompanhante de pessoa com deficiência que criam todos os em embargos possíveis, que levaram um ano e meio para fazer respeitar um decreto da própria EPTC que regulamentou a lei feita aqui por esta

---

Câmara. E elevou um ano e meio para regulamentar, para pôr em prática o decreto que ela mesma fez para regulamentar a lei. Isso causa enormes prejuízos para as pessoas com deficiências que perdem escola, perdem tratamento médico, uma série de prejuízos, e ficam restritas à casa, porque não podem sair. Aliás, tem amigos meus que dizem com tanta propriedade que pessoa com deficiência, quando sai de casa, tem certeza de que, com uma coisa vai se incomodar, isto é patente sempre. E agora eu peço, porque exigir eu já exigi várias vezes, agora eu peço encarecidamente que a EPTC resolva trabalhar nessas questões que são obrigações dela, e que eu não escute mais – como já escutei do presidente da EPTC – que não pode fazer nada porque a ATP não deixa, que a ATP não quer. Isso eu já ouvi várias vezes. A mesma coisa se faz com os estacionamentos privados, eles não querem brigar com o supermercado, não querem brigar com o *shopping*, e se recusam a fazer o trabalho que é deles. Eu tenho grandes amigos na EPTC, a EPTC tem um corpo técnico excelente, mas nada disso funciona se não houver uma autorização da gestão da EPTC. Então, espero e, infelizmente, não com muita esperança, mas espero que essas coisas se resolvam o mais rápido possível, porque isso não envolve recursos, pelo contrário: trarão recursos ao Município com as multas aplicadas. Muito obrigado.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, Sr. Nelson, e também aqui faço um agradecimento particular a sua presença permanente na Câmara, cobrando soluções, não só aqui, mas no plenário também, e articulando legislações importantes. Seu papel é fundamental não só para Porto Alegre, mas para o todo da sociedade.

Quero passar aqui para o nosso nobre representante da EPTC.

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Então, só encerrando, quero dizer que ouvi com atenção o que vocês colocaram e vou levar para a empresa para nós vermos essas questões da fiscalização. A minha área é a área da educação lá da EPTC, e eu vou desenvolver um programa para nós conscientizarmos as

peças usuárias dos espaços públicos ou não públicos a ajudarem a respeitar. Eu entendo aqui a dificuldade por que todos estão passando. Então, eu deixo aqui para vocês que nós vamos procurar resolver isso de uma maneira bem rápida e eficiente.

**SRA. ISABEL CRISTINA PERCEVAL IRACET FERREIRA:** Desculpa, só uma colocação, Seu Adriano, chama as associações, nós temos mais de cinco associações só de autismo. Então, chama o pessoal das associações, até mesmo os conselhos também para que possam falar para esses agentes como é lidar com uma pessoa com deficiência. Acho que mais propriedade do que a gente, como pai, dos conselhos em si, falar sobre como é isso, como se sentir, como agir numa situação crítica. Então, eu lhe peço gentilmente que repense isso principalmente nessa área de educação.

**SR. ADRIANO BORGES GULARTE:** Combinado.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Quero passar aqui para a Sra. Érika para fazer as considerações finais e agradecer pela pauta trazida, oferecida à sociedade aqui, acolhida por nós na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude.

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** Aproveitando ainda a EPTC, já agradeço por levar e tentar trazer uma resolução o quanto antes. E o que foi comentado aqui a respeito do transporte público onde a gente já tem um embate, há bastante tempo, junto à EPTC, não se sabe se à EPTC ou à ATP – não é, Nelson? – a respeito... Aqui eu vou pontuar bem as crianças, porque, dependendo da altura da criança, a estatura, a câmera de dentro dos ônibus é alta. A EPTC faz bloqueios e cancelamentos dos cartões dessas pessoas e dos acompanhantes porque essa criança, o rosto dela não apareceu na câmera. Aí imaginem a situação...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

**SRA. ÉRIKA ROCHA:** É, sem direito à defesa, exatamente. Cancelado, porque não visualizou o rosto dessa criança dentro do transporte público. Primeiro, a EPTC tem que conhecer um pouquinho do transtorno do processamento sensorial, já é um grande desafio daquela criança estar dentro de um ônibus lotado, barulhento e passar a catraca. Então, a mãe entra com essa criança, com bolsa, com sacola, tem que pegar, erguer essa criança na catraca, passar a criança sozinha, passar o cartão e, depois, passar. E não tem condição disso acontecer, não é? Fora aquela criança que, quando entra no ônibus, ela não consegue transitar entre as pessoas sem que ela tenha uma crise, e eu não estou falando aqui de crise de birra não, estou falando de crise – crise –, muitas vezes se machucando, machucando os próximos, as pessoas do ônibus, e isso também gera uma consequência de, além de xingamentos àquela mãe, àquela criança, por vezes, até agressão física. Então, a EPTC, isso já foi reiterado várias vezes, inclusive também pelo William, que ali está sentado enquanto secretaria, isso já foi pauta do Comdepa 1 milhão de vezes e segue acontecendo. As pessoas com deficiência física elas entram pela parte de trás, elas não fazem uso do Tri, não é? Por que tem essa divisão dos autistas, que também são pessoas com deficiência e têm essa dificuldade, porque o transporte público nos dá essa dificuldade, não pode ter a mesma entrada que as pessoas com deficiência física? Ou, então, o transporte público vai ter que botar uma câmera onde a mãe não tenha que erguer uma criança, às vezes muito pesada, para que a câmera pegue o rosto dela. E aí vocês cancelam, vocês bloqueiam, vocês fazem a mãe se direcionar até a secretaria para resolver isso... É mais demorado, e essa mãe com o cartão bloqueado não vai ter como levar a criança para escola ou para onde quer que seja. Isso tem que ser visto, e é uma urgência que a gente vem pedindo há muito tempo. E aí a gente pede, pede, pede, a gente dá murro em ponto de faca e fica só na falácia, enquanto a vida das famílias da pessoa com deficiência segue na mesma, segue na mesma.

Quanto ao Certa, trouxe na Tribuna... e saibam, quem não sabe, que o dia 1º de abril foi escolhido a dedo, porque é o dia da mentira, e eu sigo batendo na tecla que o Certa tem profissionais incríveis lá dentro, e que o problema do Certa é a gestão – a gestão. Chamem as famílias que estão lá, vou repetir isso aqui. E me admira muito se dar a medalha de honra ao mérito para uma gestão ineficiente, que oprime, que faz uma série de... bah, não vou não vou nem dar seguimento nisso, porque, desde a Tribuna, eu não vi dando seguimento dentro da Câmara com relação a isso, porque o portal de transparência, Ver. Jonas, o Certa ainda não está lá. Sabemos que são milhões demandados para o Certa, as filas gigantescas... O Município sabe sim, sempre soube da demanda que tem com relação às pessoas com transtorno de espectro autista, porque já existia o Cerepal e o Santa Ana, que são outros dois locais problemáticos, onde a gente entra, ali a criança entra, fica durante meses com intervenção terapêutica a cada 15 dias, de 30 minutos, então é uma palhaçada sem fim quando a gente se refere às pessoas com transtorno do espectro autista. E o Certa é a terceira palhaçada consecutiva no Município, porque, para mim, não passa do maior palanque eleitoral do Município. Enquanto as pessoas entram lá já laudadas e têm laudos invalidados, onde ficam meses em avaliação, mais meses para receber um Plano Terapêutico Individualizado – PTI, onde sequer comunicação via telefone funciona. Então, é sobre tudo isso, e não é sobre vir aqui e só apontar o dedo não, porque se nós, enquanto instituições, se conselhos, se pessoas que vivenciam e sabem do que falam fossem chamados para construir junto, não precisávamos estar aqui ou na Tribuna ou na audiência pública sempre. O trabalho com união vai trazer a transformação, é sobre isso. Obrigada.

**PRESIDENTE JONAS REIS (PT):** Obrigado, então, a todos os presentes. Damos por encerrada mais uma reunião da nossa Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Um abraço a todas e todos.

(Encerra-se a reunião às 16h41min.)